



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### ----- Acta n.º 279 -----

-----  
----- Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia, Senhor Luís António Sousa Pinto dos Santos, e secretariada pelo Primeiro Secretário, Senhor Jorge Manuel da Silva Loureiro, e pela Segunda Secretária, Senhora Anabela de Seabra Santos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **Período de Antes da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "Apreciação e votação das actas nºs 276, 277 e 278, nos termos da alínea a) do nº 1 do Artigo 34.º do RAMA";-----

----- Ponto dois: "Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA";-----

----- **Período da Ordem do Dia:**-----

----- Ponto um: "Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do nº 1 do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)";-----

----- Ponto dois: "Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento e das Opções do Plano da Câmara Municipal de Anadia, para o ano 2011, de acordo com o estabelecido na alínea b) do nº 2, do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- Ponto três: "Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento e das Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Anadia, para o ano 2011, de acordo com o estabelecido na alínea b) do nº 2, do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- Ponto quatro: "Apresentação, discussão e votação do pedido de autorização de contratação de um empréstimo a longo prazo, proposto pela Câmara Municipal, para financiamento dos projectos co-financiados aprovados com participação de Fundos Comunitários: "Centro Escolar de Avelãs de Cima/Avelãs de Caminho", "Centro Escolar de Paredes do Bairro", "Sistema Autónomo de Saneamento de Couvelha" e "Regeneração do Centro Urbano de Anadia", de acordo com o estabelecido na alínea d) do nº 2, do Artigo 3.º do RAMA";-----

----- Ponto cinco: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, de acordo com o estabelecido no Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro";-----

----- Ponto seis: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de revisão da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipalizados de Anadia, de acordo com o estabelecido no Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro";-----

----- Ponto sete: "Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de emissão de declaração de reconhecimento do interesse da operação urbanística, sita em Famalicão, a que respeita o Alvará de Loteamento n.º 1/2009, emitido em nome de Carlos Rosmaninho Cerqueira, para colmatar correctamente o tecido do aglomerado urbano existente, conforme estabelecido no nº 3, do Artigo 6.º do Regulamento do Plano Director Municipal de



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Anadia"; -----

----- **Período de Intervenção do Público:**-----

----- Período de Intervenção do Público, nos termos do Artigo 36.º do RAMA.-----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas catorze horas e cinquenta minutos.-----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM):-----

----- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PPD/PSD; -----

----- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PPD/PSD;-----

----- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS;-----

----- • Anabela de Seabra Santos – GM do PPD/PSD; -----

----- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PPD/PSD;-----

----- • Lúcia Maria das Neves Pires Cêrca – GM do PS;-----

----- • Sidónio Carvalho da Cruz Ferreira Simões – GM do CDS-Partido Popular;-----

----- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do PPD/PSD;-----

----- • Maria Lúcia Braga Araújo – GM do PPD/PSD;-----

----- • Rui António de Almeida Marinha – GM do PS; -----

----- • José Lagoa Duarte – GM do PPD/PSD;-----

----- • Carlos Manuel do Cruzeiro Oliveira – GM do PPD/PSD; -----

----- • Mónica Rita Pimenta Lousado – GM do PS; -----

----- • João Alves Morais – GM da CDU;-----

----- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do PPD/PSD; -----

----- • João Tiago Castelo Branco Charula de Azevedo – GM do CDS-Partido Popular;-----

----- • Pedro Miguel da Costa Pereira Dias – GM do PPD/PSD;-----

----- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS;-----

----- • Francisco Manuel Gonçalo Saraiva – GM do PPD/PSD;-----

----- • Jennifer Nunes Pereira – GM do PPD/PSD;-----

----- Não compareceu à sessão o seguinte Senhor Deputado Municipal do indicado Grupo Municipal (GM):-----

----- • Tiago Pereira Coelho – GM do PS.-----

----- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM:-----

----- • José Cerveira Lagoa – GM do PS – PJF de Aguim;-----

----- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PPD/PSD – PJF da Amoreira da Gândara;-----

----- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PPD/PSD – PJF de Ancas;-----

----- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PPD/PSD – PJF de Arcos;-----

----- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Caminho;-----

----- • Manuel Baptista Veiga – GM do PPD/PSD – PJF de Avelãs de Cima;-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores;-----
- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PPD/PSD – PJF da Moita;-----
- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD – PJF de Óis do Bairro;-----
- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PPD/PSD – PJF de Paredes do Bairro;-----
- • António Floro dos Santos Ferreira – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos;-----
- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PPD/PSD – PJF de São Lourenço do Bairro;---
- • Óscar dos Santos Ventura – GM do PPD/PSD – PJF de Tamengos;-----
- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros;-----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD – PJF de Vilarinho do Bairro.-----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros:-----
- • Litério Augusto Marques – PPD/PSD – Presidente;-----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PPD/PSD - Vereadora e Vice-Presidente;-----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador;-----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PPD/PSD – Vereador;-----
- • Aníbal José Franco Ferreira – PPD/PSD – Vereador;-----
- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – PS – Vereador;-----
- • Rosa Maria Tomás da Conceição – PPD/PSD – Vereadora.-----
- Declarada aberta a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia de trinta de Setembro, de imediato, e antes de dar início ao período de antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a ler a ordem do dia previamente definida para a sessão entretanto iniciada.-----
- Seguidamente, passou ao primeiro ponto do período de antes da ordem do dia: "Apreciação e votação das Actas n.ºs 276 (da sessão ordinária de trinta de Setembro de dois mil e dez), 277 (da sessão extraordinária solene e comemorativa do Centenário da Implantação da República Portuguesa, de cinco de Outubro de dois mil e dez) e 278 (da sessão extraordinária de vinte e dois de Outubro de dois mil e dez), nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 34.º do RAMA".-----
- Não tendo havido lugar a qualquer pedido de intervenção no período de discussão da acta número duzentos e setenta e seis, respeitante à sessão ordinária de trinta de Setembro de dois mil e dez, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início ao processo de votação da sobredita acta, do qual resultou a sua aprovação por maioria, com trinta votos a favor, um voto contra, do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular, e duas abstenções.-----
- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular, que disse pretender fazer uma declaração de voto de vencido muito breve, a qual tem o seguinte teor: "O Grupo Municipal do CDS-PP, relativamente à acta número duzentos e setenta e seis, quer fazer constar da acta o seu voto de vencido pelas seguintes razões:-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Apesar de constar na respectiva acta de que a mesma tem por base suporte e gravação digital, de tudo o que ocorreu na referida sessão, a sua elaboração foge à verdade, omitindo e deturpando o que foi dito, descontextualizando o teor de algumas intervenções, não reproduzindo, por isso, com rigor, nem seriedade a sessão da Assembleia. Esta adulteração da verdade tem sido uma prática comum, que induz em erro quem a lê, pelo que se torna necessário repor a verdade documental;-----

----- Para evitar futuros abusos, o Grupo Municipal do CDS-PP propõe, como já aconteceu em muitas Câmaras Municipais do País, que se coloque, na íntegra, no sítio da Câmara Municipal de Anadia, em formato áudio e/ou em directo, o decorrer das sessões da Assembleia Municipal. Tal procedimento dará transparência a este acto público, promoverá o exercício de cidadania e tornará mais acessível a sua consulta.”-----

----- No seguimento, e a título de esclarecimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em nome da Mesa, informou o Senhor Deputado e o seu Grupo Municipal de que o Regimento da Assembleia Municipal de Anadia foi alterado há alguns meses, nomeadamente na questão do conteúdo da acta de cada sessão. Acrescentou, assim, que por esse facto, a proposta feita pelo Senhor Deputado era considerada pela Mesa a destempo, além do que não coincidia com o que constava do Regimento, e que passou a ler (Artigo 51.º - Ponto 1): “De cada reunião ou sessão é lavrada acta, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado...”. Por conseguinte, disse que seria esse o procedimento que iria ser seguido pela Mesa da Assembleia, até que um número suficiente de Senhores Deputados requeira a sua alteração.-----

----- Entretanto, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Henrique Lameirinhas, do Grupo Municipal do PPD/PSD, que perguntou da possibilidade de alterar o seu sentido de voto porque, por uma mera questão de distracção, se absteve na votação por pensar que não teria estado presente, quando a sua ausência se verificou na sessão extraordinária de cinco de Outubro.-----

----- Registada a intervenção do Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à votação da acta número duzentos e setenta e sete, respeitante à sessão extraordinária solene e comemorativa do Centenário da Implantação da República Portuguesa, do dia cinco de Outubro de dois mil e dez, anunciando, como resultado da mesma, e sem que tivesse havido lugar a qualquer pedido de intervenção dos Senhores Deputados, a sua aprovação por maioria, com trinta votos a favor, cinco abstenções e zero votos contra.-----

----- De seguida, submeteu à consideração dos Senhores Deputados a acta número duzentos e setenta e oito, referente à sessão extraordinária realizada no dia vinte e dois de Outubro de dois mil e dez, dando início ao seu processo de votação, uma vez que também não houve lugar a qualquer intervenção. Decorrido esse processo, anunciou ao Plenário que do mesmo resultou a aprovação da sobredita acta por maioria, com vinte e nove votos a favor, zero votos contra e seis abstenções.-----

----- Aprovadas as actas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao segundo ponto do período de antes da ordem do dia: “Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do Artigo 34.º do RAMA”.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por apresentar uma Moção de Homenagem à Memória de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa, o que concretizou da seguinte forma: Considerando que:-----

----- - Fez no passado dia quatro de Dezembro trinta anos sobre o trágico acontecimento que vitimou Adelino Amaro da Costa e Francisco Sá Carneiro, em circunstâncias nunca completamente esclarecidas;-----

----- - Foram dois dos políticos mais marcantes do Século XX em Portugal e cuja acção política deixou marcas profundas na sociedade portuguesa;-----

----- - Não obstante a morte precoce de ambos, envolta em mistério e polémica, Adelino Amaro da Costa e Francisco Sá Carneiro continuam a ser uma das grandes referências nacionais como políticos sérios e responsáveis;-----

----- - A crescente desresponsabilização política das actuais elites e a presente crise de valores a que temos vindo a assistir, obrigam-nos a que façamos uma profunda reflexão sobre o rumo que o País atravessa e relembrar com profundo respeito aqueles que, como Adelino Amaro da Costa e Francisco Sá Carneiro, se empenharam activamente na construção de um país desenvolvido e democrático;-----

----- Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP de Anadia propõe que a Assembleia Municipal de Anadia, na sua reunião de vinte e dois de Dezembro de dois mil e dez, delibere:-----

----- - Prestar homenagem a Adelino Amaro da Costa e Francisco Sá Carneiro no trigésimo aniversário da sua morte, com um minuto de silêncio; e-----

----- - Dar conhecimento da presente moção aos órgãos de comunicação social.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor Deputado interpelou o Senhor Presidente da Câmara Municipal no sentido de informar a Assembleia Municipal sobre o concurso que tinha sido aberto para recrutamento de duas vagas (de dois quadros superiores) na área de Engenharia, para a Câmara Municipal. Na posse de três cartas, em nome de Luís Barreto, natural de Sangalhos, de Salomé Rainho, natural de Sangalhos, e de Carla Barreiro, natural de Cantanhede, três dos vários candidatos ao concurso, perguntou por que motivo aqueles três candidatos não tinham recebido qualquer comunicação para se apresentarem para prestar provas, nem resumo do concurso de exame, e por que razão lhes tinha sido marcada falta, se os mesmos candidatos não faltaram. Assim, solicitou um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara para poder comunicar aos candidatos.-----

----- Continuando, pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para o informar, no seguimento da reunião que ele tinha tido com a responsável da área da saúde do Baixo Vouga, sobre quais os Postos Médicos que vão encerrar e onde se poderão deslocar os doentes dos



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

outros Postos Médicos que não encerram para poderem ser atendidos, nos dias em que os médicos estiverem ausentes.-----

----- Por fim, e relativamente aos trabalhos do PDM que continuam a decorrer, perguntou, ainda, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para quando é que os munícipes que adquiriram terrenos e que anseiam construir as suas habitações deixarão de estar impossibilitados de o fazer.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder ao Senhor Deputado João Morais.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal depois de cumprimentar os presentes, começou por responder à questão levantada pelo Senhor Deputado relativamente ao procedimento concursal para ocupação de dois postos de trabalho na área da Engenharia. Informou, primeiro, o Senhor Deputado de que qualquer procedimento concursal tem um Júri, nomeado pelo Presidente da Câmara, que é responsável por qualquer eventual anormalidade, como o Senhor deputado referiu, e que, portanto, uma vez feita a respectiva reclamação, é nesse momento que tem de ser dada resposta.-----

----- Adiantou, entretanto, não ter conhecimento de nada do que foi dito pelo Senhor Deputado e que só aceitaria as respectivas reclamações, que salvaguardou poderem ter ou não fundamento, de acordo com o regulamento dos concurso, garantindo, no entanto, que não ficaria qualquer reclamação sem a devida resposta.-----

----- Assegurou, ainda, que na eventualidade de ter havido falha, o Júri dará resposta, em sede própria, que disse não ser em plena sessão da Assembleia Municipal. E perguntou, mesmo, ao Senhor Deputado se era representante de algum dos concorrentes de que falou. Não sendo, informou o Senhor Deputado para dizer àqueles candidatos, uma vez que os pretendia ajudar, para apresentarem a respectiva reclamação no local certo.-----

----- Quanto à questão da reunião a que o Senhor Deputado se referia, na área da saúde, informou o Senhor Deputado de que à Câmara Municipal, ou ao seu Presidente, tinha sido solicitada pela Coordenadora dos Serviços de Saúde da Área, uma reunião com os Presidentes de Junta, na qual também tinha estado presente, por uma questão de cortesia. No entanto, esclareceu que o assunto não lhe dizia respeito, enquanto à Câmara Municipal não chegasse qualquer tipo de comunicação para o efeito.-----

----- Adiantou, pois, que o que poderia dizer ao Senhor Deputado, ainda que não lhe competisse fazê-lo, era que, a solicitação da Senhora Coordenadora, tinha feito a respectiva convocatória para a reunião que tinha sido realizada no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, com a presença de todos os Presidentes de Junta de Freguesia, e à qual também tinha assistido.-----

----- Por conseguinte, recomendou ao Senhor Deputado para direccionar as suas questões/dúvidas às pessoas que foram convocadas para o efeito e que, provavelmente, terão problemas na sua área de jurisdição, sobre o assunto em apreço.-----

----- Por último, e relativamente à questão do PDM, referiu que, como já várias vezes tinha sido dito aos Senhores Deputados, o processo segue a sua tramitação e tem prazos que a própria



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara tem de determinar. Entretanto, disse não ser ao Presidente da Câmara que compete aprovar o PDM e considerou não ter qualquer cabimento a afirmação proferida pelo Senhor Deputado sobre as pessoas que compraram os terrenos para fazer as suas casas, porque, explicou, qualquer cidadão, quando pretende adquirir um terreno, a primeira coisa que deve fazer é deslocar-se à Câmara para procurar saber se o terreno é passível de construção. Por isso, acrescentou que esses cidadãos também não têm que se queixar.-----

----- A terminar, disse que o Senhor Deputado, curiosamente, assumia a defesa de muita gente na Assembleia, quando a Assembleia é um espaço aberto a toda a população, com momentos definidos para as pessoas exprimirem as suas queixas, ou os seus problemas. No entanto, e apesar de o Senhor Deputado continuar a insistir em ser o arauto, o defensor, o interlocutor e o mensageiro de toda essa gente, disse que, quando muito, como Deputado, poderia ser um mensageiro do concelho de forma generalizada e nunca de forma personalizada.-----

----- Para uma segunda intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU. O Senhor Deputado começou por referir que o Senhor Presidente da Câmara não lhe tinha respondido esclarecidamente e esclareceu, relativamente ao que o Senhor Presidente tinha dito sobre ser o mensageiro e o interlocutor, que se limitava simplesmente a defender os munícipes do seu concelho, e não só, uma vez que no caso aventado, se tratava de uma candidata natural de Cantanhede. Assim, disse que na Assembleia, da sua parte, o veriam protestar a forma como o Senhor Presidente da Câmara o faz.-----

----- Concluindo, referiu que, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara não o esclareceu sobre a área da saúde, e tendo a Assembleia um membro eleito para a área da saúde, e que esteve presente nessa mesma reunião, gostaria que o mesmo lhe respondesse sobre aquilo que foi esclarecido pela responsável da área da saúde. Para o efeito, pediu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para dar oportunidade a esse Deputado, e Presidente de Junta eleito pela Assembleia para a representar na área da saúde, de esclarecer o que tinha sido dito pela responsável da área da saúde.-----

----- Antes de conceder a palavra para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu o Senhor Deputado João Morais que deveria dirigir aquele pedido à Mesa da Assembleia, e não ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- De seguida, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder ao Senhor Deputado João Morais. O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por lembrar o Senhor Deputado da existência do Regimento da Assembleia Municipal que define as regras que todos devem cumprir no desenvolvimento de qualquer sessão.-----

----- Entretanto, informou o Senhor Deputado que o representante das Freguesias para a área da saúde não tinha sido convocado para a reunião, mas sim os Presidentes das Juntas de Freguesia. Como tal, e uma vez que tinha sido a Câmara Municipal a fazer a convocatória para a reunião, como já tinha dito, a solicitação da Coordenadora, adiantou que esse representante era completamente desconhecedor do que se tinha passado, por não ter sido convocado para o



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

efeito.-----

----- Assim, voltou a referir que quem poderia, se assim entendesse e na sua vez, falar do que se tinha passado na sobredita reunião seriam os visados, ou seja, os Presidentes das Juntas de Freguesia.-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Dino Rasga, do GM do PPD/PSD. Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor Deputado passou a dar informação de duas recentes realizações, que têm a ver, a primeira, com a instalação no Velódromo de Sangalhos do Centro de Alto Rendimento de Ginástica. Relativamente a esta realização, o Senhor Deputado referiu ter-se tratado de uma cerimónia que não foi muito participada, mas que ao Grupo Municipal do PPD/PSD aprazia registar e trazer ao conhecimento da Assembleia Municipal, por o Velódromo ser, actualmente, uma infraestrutura que tem uma utilização cada vez mais intensa.-----

----- Disse, também, pretender associar a essa inauguração do Centro de Alto Rendimento de Ginástica, a sensibilidade que os seus colegas munícipes de Anadia começam a ter, invertendo aquilo que é muito habitual naquelas situações, que é as pessoas apelidarem-nas de "elefantes brancos". Isso, porque, por tudo o que pode constatar de alguns dos seus colegas munícipes de Anadia, as realizações que se lá vão fazendo começam a inverter o pensamento das pessoas, dando valor à obra e percebendo que ela já é e que será, a curto prazo, cada vez mais, uma obra, não só de referência no concelho de Anadia, como também uma mais-valia, até no que diz respeito a alguns retornos económicos para as populações e para os comércios e indústrias locais.-----

----- O segundo ponto que disse pretender apresentar, tem a ver, também, com uma realização que a Câmara Municipal tem vindo a fazer, e que no presente ano atingiu a sua décima quinta edição, que se refere aos prémios escolares que têm o nome de um ilustre Anadiense que todos reconhecem - o Professor Doutor Manuel Rodrigues Lapa. Relativamente ao mesmo, constatou que a cerimónia, que tinha tido lugar na Biblioteca Municipal, precisamente no dia anterior ao da sessão, mais uma vez, tinha sido uma cerimónia de grande esplendor, bem realizada, cuja importância, logicamente, reside no reconhecimento do mérito dos alunos das escolas públicas e privadas do concelho.-----

----- Por acompanhar o Prémio, há muitos anos, por razões profissionais, disse esperar, sinceramente, que o mesmo se prolongue, por considerar importante reconhecer aos alunos o mérito do trabalho que desenvolvem, também para que não se olhe sempre pelo lado negativo. Reforçando a importância de se apresentar publicamente quem trabalha, quem se aplica e, portanto, quem atinge aquele e outros prémios de mérito, agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal o facto de manter aquele prémio, de continuar a manter viva, também, a memória de Manuel Rodrigues Lapa, pela importância que teve e que continua a ter no presente, no trabalho que desenvolveu.-----

----- Dando continuidade ao período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Arménio Cerca, do GM do PPD/PSD. Depois



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de cumprimentar os presentes, o Senhor Deputado disse que pretendia deixar expressa a sua indignação quanto à intenção que existe na reestruturação da área da saúde no concelho de Anadia. Assim, concretizou a sua indignação da seguinte forma:-----

----- Todos os Presidentes de Junta foram convocados para uma reunião com a Senhora Directora e outros elementos da direcção do Agrupamento de Saúde do Baixo Vouga e que teve lugar exactamente neste Salão Nobre, no passado dia sete de Dezembro. A finalidade dessa reunião foi de comunicar-nos o plano de intenções que existe e que essa direcção tem para mais uma reestruturação na área da saúde para o nosso concelho. E digo-vos, muito sinceramente, que na minha opinião essa reestruturação, tal como nos foi comunicada, é péssima para as populações, principalmente para a freguesia de Ancas, a que presido. E além disso, também, para a freguesia de Vila Nova de Monsarros e Tamengos.-----

----- Imagine-se que o plano é deixar de haver unidades de saúde nestas três freguesias, afastando as pessoas de terem acesso à saúde com mais proximidade, exactamente o oposto do que é apregoado pelos nossos governantes. É lamentável que onde existem serviços de proximidade das populações à saúde, esta direcção, ou quem a superintende, decretem a sua eliminação. É inconcebível que uma vez que há unidades de saúde nestas freguesias, se pense em as encerrar e fazer deslocar as pessoas de uma localidade para outra, para uma consulta ou simplesmente para irem buscar uma receita, em vez de se pensar em continuar a deslocar o médico às instalações que já existem há dezenas de anos.-----

----- Há pessoas idosas a receber reformas pequeníssimas, que quase não têm dinheiro para os medicamentos, quanto mais, ainda, fazê-los pagar um táxi para irem a uma consulta ou levantar o seu receituário. Nós aqui não temos transportes públicos como nas grandes cidades e, por isso, as dificuldades ainda são maiores.-----

----- Gostaria, ainda, de dizer que também lamento e pergunto com que direito é que esta direcção do Agrupamento toma a decisão unilateral de encerrar unidades de saúde que outras pessoas criaram com tanto sacrifício para servir condignamente as populações. No caso da unidade de saúde de Ancas, o edifício foi reconstruído pela população para esse efeito, em que o Estado não gastou um tostão. Além disso, o Estado nunca pagou a água, nem a energia eléctrica e nem a sua manutenção. Em suma, o Estado não tem tido despesa com a infraestrutura física.-----

----- A maior prioridade de quem tem o poder, neste caso, a direcção do Agrupamento de Saúde, deveria ser de apoiar as populações, e isso não está a ser feito. Esta direcção está a retirar às populações o pouco apoio que estas ainda vão tendo. Senão, vejamos: em Maio foi retirada à população de Ancas uma tarde de consulta de adultos; a consulta da diabetes e dos hipertensos à quarta-feira de manhã; uma manhã para planeamento familiar, para a saúde materna, para a saúde infantil e para o rastreio do colo do útero; e, ainda, uma manhã de enfermagem, tendo-me sido informado pela Senhora Directora que não haveria mais alterações. Isto em Maio. Neste momento, a freguesia de Ancas tem apenas duas tardes de consulta de adultos e duas manhãs de enfermagem para pensos e domicílios.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Todas estas alterações a que as populações começam a ser sujeitas, permanentemente, levam que estas comecem a pensar na forma de dar o seu grito de revolta e indignação, pelos direitos que lhes estão a ser retirados todos os dias.-----

----- E, para terminar, quero aqui apelar ao facto de, na reunião que os Presidentes de Junta tiveram neste Salão Nobre, onde o Senhor Dr. Agostinho Lobo, da direcção do Agrupamento de Saúde, ter dito que não seriam insensíveis às preocupações manifestadas pelos Presidentes de Junta e, por isso, não encerrariam nenhuma extensão de saúde. Assim sendo, e no que diz respeito à unidade de saúde de Ancas, espero que se mantenham em funcionamento, pelo menos, os serviços que ainda, neste momento, continuam a ser prestados à população Anchense.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Deputado, e Presidente da Junta de Freguesia de Ancas, Arménio Cerca, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado António Duarte, do GM do PPD/PSD, também Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Monsarros.-----

----- Depois de cumprimentar os presentes, o Senhor Deputado disse que pretendia complementar a intervenção do seu colega. Referiu que posteriormente àquela reunião, já tinha tido mais duas reuniões com a Senhora Directora, numa das quais ela, amavelmente, recebeu a direcção do Centro de Apoio Social de Vila Nova de Monsarros e em outra em que recebeu a Assembleia e o Executivo da Freguesia de Vila Nova de Monsarros.-----

----- Entretanto, esclareceu que o caso de Vila Nova de Monsarros era um pouco diferente, apesar de a base ser a mesma. Começando por dizer que as questões da saúde eram difíceis de entender, porquanto, depois de tudo o que se tinha passado, continuava sem perceber o que se passava, referiu, no entanto, que o que sabia, e que era ponto assente, porque o tinha dito a Directora (embora no jornal tivesse dito que não), era que Vila Nova de Monsarros iria ficar sem a sua extensão de saúde.-----

----- Assim, passou a explicar um pouco da situação de Vila Nova Monsarros. Disse que iria pertencer a uma Unidade de Saúde Familiar, que seria constituída por Anadia, Moita e Vila Nova de Monsarros, à qual deram o nome de Trevo. No entanto, acrescentou que para que tal fosse possível, faltava um médico, porque a Dr.<sup>a</sup> Ruas se tinha aposentado. Então, como não tinha médico, explicou que os Senhores médicos do Centro de Saúde de Anadia, porque se estavam a agrupar para constituir essa Unidade de Saúde Familiar, tinham convidado a médica de Vila Nova de Monsarros, uma vez que existiam dois mil e quatrocentos utentes sem médico em Anadia e, assim, passaram a ficar mil duzentos e trinta e um utentes sem médico em Vila Nova de Monsarros.-----

----- Continuando, referiu, então, que a médica, embora a Senhora Directora dissesse que não, convidou a população de Vila Nova de Monsarros a continuar com ela em Anadia, ao que a população, logicamente, entre vir com ela para Anadia ou ficar sem médico, optou por vir com ela para Anadia, tendo Vila Nova ficado sem ou com muito poucos utentes.-----

----- Por conseguinte, disse ter explicado à Senhora Directora que a população de Vila Nova, há



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

muitos anos, tinha feito o seguinte: a de Monsarros estava quase toda em Anadia porque tinha a Dr.<sup>a</sup> Ruas, oriunda de Vila Nova de Monsarros; a de Grada, quando abriu a extensão de saúde de Aguim, foi toda para Aguim, no âmbito de uma campanha feita porta a porta em Grada para angariar utentes para a extensão de Aguim, para justificar a sua abertura. Agora, adiantou, vão para São Lourenço do Bairro, porque a de Aguim, quer queiram quer não, também vai encerrar.-----

----- Ainda no âmbito da reunião havida, e considerando: a constituição da Unidade de Saúde Familiar; a criação de duas Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados, uma com a sua sede em São Lourenço do Bairro e outra em Sangalhos; o facto de os utentes de Grada, quando necessitarem, terem de se deslocar a São Lourenço do Bairro, por já não poderem ir para Anadia por estarem inscritos em Aguim; e o facto de dizerem que irá existir um médico disponível das oito às vinte nestes Centros, portanto, nessas duas Unidades e na Unidade de Saúde Familiar que vai ser constituída em Anadia e que se encontra em fase de aprovação; disse ter perguntado à Senhora Directora, se faria algum sentido ter ao mesmo tempo a funcionar em Anadia, um médico das oito às vinte e ter a consulta aberta, que entretanto passou a ser denominada de Atendimento Complementar. Por isso, disse ter pedido à Senhora Doutora para, de uma vez por todas, dizer a verdade, ou seja, que o Atendimento Complementar, ou a Consulta Aberta irá encerrar, porque todos estavam a contar com isso.-----

----- Antes de terminar, declarou não ter gostado do que estavam a fazer na sua freguesia e disse ter transmitido, ainda, à Senhora Directora o seu lamento pelo facto de nunca ter visto qualquer médico, até agora, fazer greve para defender os utentes, ao contrário do que acontece quando não gostam dos decretos que os Governos sistematicamente vão publicando, que entram logo em greve, saindo o povo como único lesado.-----

----- Não deixou, igualmente, de manifestar a sua tristeza quanto ao encerramento da extensão de saúde de Vila Nova de Monsarros, aquela que foi a segunda extensão de saúde que abriu no concelho de Anadia, que, segundo a Senhora Directora, acontece porque assim foi decidido pelos colegas que estão no Centro de Saúde de Anadia, o que disse entristecê-lo ainda mais, por se tratar de pessoas que conhecem a realidade de Vila Nova de Monsarros.-----

----- Disse, ainda, ter ficado convicto, e tê-lo transmitido aos seus colegas, de que não seria apenas Vila Nova de Monsarros, Ancas e Tamengos que iriam encerrar, porque, quando estiverem as três novas Unidades a funcionar, encerra tudo. Reforçou, assim, ser essa a sua convicção do que pretendem na área da saúde para o concelho de Anadia e adiantou que a freguesia de Vila Nova de Monsarros não deixou de lutar por aquilo que tem direito. Nesse âmbito, informou que a Assembleia de Freguesia iria reunir e garantiu que o que for decidido será colocado em prática. A terminar, convidou todos os outros Presidentes a fazer algo, porque considera ridículo o que estão a fazer ao concelho.-----

----- Para uma nova intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular.-----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Em nome do Grupo Municipal do CDS-PP de Anadia, o Senhor Deputado passou a apresentar uma nova Moção, relativamente “Trinta e Cinco anos após o vinte e cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco: Trinta e cinco anos de Democracia”, que concretizou da seguinte forma:-----

----- A importância desta data justifica que não se perca a oportunidade de a reclamar.-----

----- A vinte e cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco, terminou o período a que se convencionou chamar PREC (Processo Revolucionário Em Curso).-----

----- O PREC representou a tentativa das forças políticas da esquerda não democrática em tomar a liderança do processo iniciado em vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro.-----

----- A violência deste processo gerou graves conflitos sociais, fez inúmeras vítimas e colocou Portugal num caos ingovernável.-----

----- Não fora o esforço de alguns militares e de muitos cidadãos, a Democracia teria provavelmente perecido.-----

----- Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP de Anadia propõe à Assembleia Municipal de Anadia que:-----

----- - Aprove um voto de louvor a todos os que constituíram as condições para o sucesso nas acções que em vinte e cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco devolveram a Portugal o caminho da Democracia;-----

----- - Dê conhecimento da presente moção a todos os Órgão de Soberania;-----

----- - Torna pública a presente moção através dos órgãos de comunicação social.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Deputado do GM do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU.-----

----- O Senhor Deputado pediu a palavra para responder ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, no âmbito do direito de resposta. Assim, lembrou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, há um ano, se tinha apressado a pedir à Administração Regional do Centro de Coimbra um documento, documento esse em que aquela Administração (na área da saúde) dizia, quando já se previa a catástrofe que está a acontecer no concelho na área da saúde – comentou -, que nada encerraria no concelho. Acrescentou, ainda, e em jeito de conclusão, que o Senhor Presidente da Câmara tinha esse documento em sua posse, porque o apresentou numa sessão extraordinária da Assembleia Municipal, pelo que, mais uma vez se confirmava que o Senhor Presidente da Câmara estava conivente com o Governo na destruição da área da saúde no concelho.-----

----- Para responder ao Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que começou por esclarecer não ser ele quem decreta aberturas ou encerramentos na área da saúde.-----

----- Entretanto, referiu que o Senhor Deputado não estria à vontade para discutir os assuntos que vinha discutindo. Explicou, então, que na área da saúde, toda a gente tinha queixas e como



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a reunião tinha sido feita com os Presidentes de Junta, eles saberiam melhor no que iriam ser afectados, assim como as suas populações, e saberiam que, provavelmente, não seria falando na Assembleia que resolveriam os seus problemas. Paraphrasing a little of what had been said by the Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Monsarros, reinforced that the problem of Vila Nova de Monsarros would not end with the speech by him, and that, for this reason, as he also had said, they would take the appropriate measures to defend the rights that they have in the area of health.-----

----- Dirigindo-se ao Senhor Deputado João Morais, disse que não poderia bater muito no problema que o atormentava, na sua grande bandeira a respeito do assunto da saúde em Sangalhos, porque mesmo que o desfecho para as outras freguesias fosse negativo, parecia que Sangalhos até teria ganho algo, ou iria ganhar, porque ainda não tinha ganho nada.-----

----- Mas, apesar de ter batido em outros temas, como o PDM e os concursos, disse lamentar que o Senhor Deputado diga sempre que defende os interesses do povo, quando lhe tinha chegado ao seu conhecimento, naquele preciso momento, que o Senhor Deputado sabia que uma das concorrentes ao concurso de que tinha falado era sua filha. Quanto a essa questão, voltou a referir que aquela concorrente, a filha do Senhor Deputado, tinha tantos direitos como qualquer outra, e iria ser tratada, no âmbito do concurso, de igual forma a todos os outros concorrentes. Assim, e havendo lugar a qualquer reclamação, a mesma teria de ser dirigida a quem de direito, ou seja, ao Presidente da Câmara que a remeteria ao Júri.-----

----- A concluir, não deixou de referir que a questão estava no facto de que uma Assembleia Municipal deve ir muito mais além, sempre na defesa dos interesses de todos.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, e não tendo indicação de qualquer outro pedido de intervenção dos Senhores Deputados Municipais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu, assim, por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

----- De imediato, e de acordo com a alínea a) do Artigo 19.º do Regimento da Assembleia Municipal, passou a dar seguimento às Moções apresentadas pelo Grupo Municipal do CDS-Partido Popular à Mesa da Assembleia. Antes de dar oportunidade aos Senhores Deputados para se pronunciarem sobre as mesmas, recordou o seu teor, tendo começado pela leitura da primeira de ambas, sob a epígrafe "À Memória de Francisco Sã Carneiro e Adelino Amaro da Costa". De seguida, então, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do GM do PS.-----

----- O Senhor Deputado, na sua primeira intervenção da tarde, começou por saudar os presentes e aproveitou para desejar a todos boas festas. Entretanto, e sobre a primeira moção apresentada pelo GM do CDS-Partido Popular, disse que o GM do PS estava de acordo com o essencial da moção, que era prestar homenagem a dois vultos importantes da política portuguesa e da democracia portuguesa, mas passados tantos anos, disse que lhes parecia um pouco excessivo o cumprimento do minuto de silêncio. Acrescentou, ainda, que a homenagem do GM do PS era sem qualquer condição, era com certeza total, mas não deixou de reforçar que



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

lhes parecia um pouco excessivo e, à semelhança até do que tinha acontecido recentemente, propunham que a homenagem fosse feita, sim, mas com excepção da questão do minuto de silêncio.-----

----- Para outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Lúcia Araújo, do GM do PPD/PSD, que também cumprimentou os presentes naquela que era a sua primeira intervenção da sessão. Depois, disse corroborar as palavras do Senhor Deputado Cardoso Leal, concordando que a homenagem fosse prestada, com conhecimento aos órgãos de comunicação social, mas discordando com o cumprimento do minuto de silêncio, por considerar não ser de todo necessário, passado todo aquele tempo.-----

----- Decorridas as intervenções das duas bancadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou aos proponentes da moção se acolheriam a sugestão apresentada ou se manteriam o teor da proposta. Para responder, concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado referiu que para que houvesse unanimidade, fosse retirado o minuto de silêncio, fazendo-se a homenagem nos termos propostos.-----

----- Para também se pronunciar sobre a proposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU.-----

----- O Senhor Deputado disse estar solidário com a homenagem proposta aos dois falecidos, pela luta que travaram pela democracia, e anunciou que a sua posição era a de votar favoravelmente a moção, mas não de respeitar o minuto de silêncio.-----

----- Manifestadas as posições dos diversos Grupos Municipais pelos seus líderes, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que iria respeitar as suas decisões e comunicações, anunciando, assim, a aprovação da moção, por unanimidade, e acrescentando que dela a Mesa iria dar conhecimento, conforme proposto e aprovado.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou à segunda moção apresentada pelo GM do CDS-Partido Popular, de acordo com os mesmos princípios do Regimento, referente aos Trinta e Cinco Anos após o vinte e cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco: Trinta e Cinco Anos de Democracia. Depois de ler a moção, concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU, para se pronunciar sobre a mesma.-----

----- O Senhor Deputado anunciou que o GM da CDU iria votar contra aquela segunda moção, porque o vinte e cinco de Novembro surgiu em luta contra os ideais do vinte e cinco de Abril. Explicou, assim, ter-se tratado de uma luta entre militares, não de uma luta entre o povo, pela tomada de poder, que poderia ter tido fins trágicos. Mas não foi a vitória dos militares da contra revolução que levou ao derramamento de sangue.-----

----- Volvidos tantos anos de mil novecentos e setenta e cinco, perguntou se os portugueses estarão melhor neste momento, socialmente e economicamente, ao que, de imediato, respondeu julgar que não, porque as forças que fizeram a contra revolução do vinte e cinco de Novembro, são as forças que têm governado o País sucessivamente, com maiorias absolutas e



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não absolutas, quer no Parlamento, quer no Governo. Portanto, concluiu que a sua posição, no momento, era de condenação ao vinte e cinco de Novembro e de que seja mantida uma alternativa à luta para que Portugal possa sobreviver do fim do colapso económico e social que se avizinha.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Lúcia Araújo, do GM do PPD/PSD.-----

----- A Senhora Deputada referiu que a vida não se faz de "ses" e Portugal teve a revolução que teve, viveu com a revolução que foi feita em vinte e cinco de Novembro e, com ela, o País ficou como está e foi governado como foi. No final, anunciou a abstenção do Grupo Municipal do PPD/PSD.-----

----- Continuando o período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rafael Timóteo, do GM do PPD/PSD.-----

----- O Senhor Deputado também aproveitou para cumprimentar os presentes, após o que começou por dizer, depois de ouvir as palavras do Senhor Deputado João Morais, que o surpreendia um pouco ouvir alguém dizer que um movimento como o vinte e cinco de Novembro tenha sido contra os ideais do vinte e cinco de Abril, porque lhe parecia que os ideais do vinte e cinco de Abril não eram os de criar uma ditadura de extrema-esquerda em Portugal, mas antes, pensava serem ideais de liberdade, de fraternidade, solidariedade e de democracia, que foi algo que durante o PREC não aconteceu.-----

----- Para além disso, e ainda relativamente à intervenção do Senhor Deputado João Morais, quando se referiu ao vinte e cinco de Novembro como sendo o responsável pelo País que tinham, comentou que ainda bem que tinham o País que tinham, porque pensava que seria um pouco pior se estivessem a ser dirigidos estes trinta e cinco anos por um regime totalitarista de extrema-esquerda.-----

----- Concluídas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a segunda moção apresentada pelo GM do CDS-Partido Popular, à votação dos Senhores Deputados. Finda a votação, anunciou que a referida moção, relativa aos Trinta e Cinco Anos após o vinte e cinco de Novembro de mil novecentos e setenta e cinco: Trinta e Cinco Anos de Democracia, tinha sido aprovada, com vinte e quatro abstenções, nove votos a favor, dos Senhores Deputados do GM do CDS-Partido Popular, dos Senhores Deputados do GM do PPD/PSD, Rafael Timóteo e Joaquim Cosme, dos Senhores Deputados do GM do PS, Lúcia Cerca, Rui Marinha André Henriques e Mónica Lousado, e dois votos contra, dos Senhores Deputados João Morais, do GM da CDU, e Pedro Dias, do GM do PPD/PSD.-----

----- Prontamente, deu entrada no período da ordem do dia, para o que solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que procedesse à introdução do seu primeiro ponto: "*Apreciação da Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea e) do n.º 1 do Artigo 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA)*".-----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer que, de acordo com o estipulado no Regimento, à Câmara Municipal competia dar informação sobre a sua actividade no período a que se refere, entre sessões. Como tal, e cumprindo o habitual, disse que o documento remetido aos Senhores Deputados se tratava de um documento bastante extenso, uma vez que a actividade da Câmara Municipal se desenvolve nas mais diversas áreas, desde a económica, à social, cultural, educativa. Portanto, seria bastante fastidioso estar a desenvolver os temas. Todavia, e apesar de considerar que esses temas estavam bem identificados no documento, referiu que na eventualidade de alguns não estarem, ou de existir alguma dúvida, por isso solicitava que o Senhor Presidente da Assembleia o submetesse à análise e discussão do Plenário. Assim, disponibilizou-se para, se possível, prestar os devidos esclarecimentos.-----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Carvalho, do GM do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por dizer que pretendia abordar dois assuntos. Um primeiro, e sobre o qual disse ser mais questionado, tinha a ver com a limpeza dos contentores. Referiu, assim, que a limpeza dos contentores, pelo que ia ouvindo, era uma questão que preocupava substancialmente as pessoas. Adiantando não saber se a Câmara dispunha, ou não, de algum equipamento próprio para o efeito, constatou existirem contentores que perfeitamente se verificava que não eram lavados há anos.-----

----- Abordando o segundo assunto, referiu que em determinada altura lhe parecia que estava a ganhar ritmo na actividade municipal, e a correr como se desejaria, a questão das casas devolutas e em ruínas. Sobre a mesma, constatou que no município existem centenas de casas devolutas e em ruínas que prejudicam as pessoas que vivem nas construções adjacentes com pragas. Reconhecendo que efectivamente tinha havido um período em que a Câmara tinha feito uma série de vistorias no âmbito do RJUE, referiu, também, que depois lhe pareceu que parou. Nesse âmbito, disse que pretendia saber se a Câmara Municipal mantinha, ou se havia alguma intenção, até porque, normalmente, se tratava de espaços livres de urbanização, de utilização no futuro.-----

----- Para uma outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do GM do PS.-----

----- O Senhor Deputado, na sua primeira intervenção da tarde, aproveitou igualmente para cumprimentar os presentes. De imediato, disse pretender solicitar o esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre algumas questões constantes do relatório em discussão.-

----- Nesse âmbito, começou pela questão da construção do novo acesso ao Centro Escolar de Arcos. Sobre a mesma, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se poderia garantir a compactação daquele acesso, na medida em que lhe parecia um pouco difícil, atendendo à situação e à inclinação do terreno. Sobre a mesma questão, disse, ainda, que a saída prevista não lhe parecia a mais adequada, nem muito aconselhável, por se tratar de uma subida. De qualquer modo, disse pensar que deverão ter sido feitos alguns estudos nesse sentido, pelo que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara Municipal o esclarecesse acerca dessa matéria,



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nomeadamente se de facto era eficaz a compactação daqueles terrenos e, ao mesmo tempo, se aquela saída não irá provocar, mais tarde, acidentes com algum perigo.-----

----- Continuando, solicitou, também, um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à Escola de Sangalhos, adiantando que, e de acordo com o que soube, seria aconselhável colocar uma vedação naquela Escola porque existem problemas com os miúdos que vêm para a estrada. Portanto, considerou que deveriam ser tomadas algumas providências nesse sentido, bem como também no que dizia respeito às acessibilidades para que, em dias de chuva, possam ir tomar as suas refeições sem se molharem. Nessa conformidade, disse que gostaria que relativamente à Escola de Sangalhos houvesse uma atenção e uma verificação das condições, e até uma melhoria, se possível, reforçando o pedido de esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Entretanto, solicitou também um esclarecimento relativamente às intervenções que têm sido feitas entre o Lidl e a rotunda do Modelo, e que foram algumas, para tentar saber o que se passa naquele local, qual o problema, porque não compreende que apesar de tantas intervenções, o problema não tenha sido resolvido.-----

----- Alertou, ainda, para as fugas de água da rede, que disse serem muitas e que também não saberia se constituiria um problema desse género.-----

----- Socorrendo-se do documento, disse estar referenciada uma outra situação, para a qual também solicitou o esclarecimento do Senhor Presidente da Câmara, e que tinha a ver com contactos estabelecidos com as Caves Primavera para a divulgação do Museu do Vinho Bairrada na China. Para o efeito, pediu um esclarecimento sobre o que teriam as Caves Primavera a ver com aquela situação.-----

----- Para terminar, perguntou quantas candidaturas apresentadas ao Fundo Social tinham sido apoiadas e qual o tipo de apoio que tinha sido prestado a essas famílias ou pessoas contempladas.-----

----- Para prestar os esclarecimentos que entendesse por necessários, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado Rui Marinha, e à questão do novo acesso ao Centro Escolar de Arcos. Relativamente a essa questão, começou por informar o Senhor Deputado da existência de um projecto aprovado na Câmara Municipal com o respectivo suporte técnico. Quanto à compactação, esclareceu que tinha sido efectuada, até ao ponto em que se encontrava, como devia ser, mas como as condições climáticas não estavam a ajudar, os trabalhos tinham sido suspensos. Já quanto à saída, reconheceu que a estrada, futuramente, iria ser, por certo, uma avenida, mas não deixou de referir a existência de outras saídas contempladas no projecto, um projecto de cidade, acrescentou.-----

----- Como tal, disse não ver assim tantos problemas, porque, de acordo com o Código da Estrada, as regras e os limites de velocidade dentro de uma cidade são bem definidas. Nessa conformidade, disse que o Senhor Deputado iria ficar satisfeito com uma nova via, com outros



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

horizontes para a cidade, e apesar de reconhecer que tal poderia não agradar a toda a gente, garantiu que o projecto iria ser concretizado porque a Câmara Municipal, em devido tempo, tinha adquirido aqueles terrenos ao Património do Estado e tinha toda a liberdade de executar essas infra-estruturas.-----

----- Quanto à vedação e cobertura da Escola de Sangalhos, referiu que o problema não era recente. Esclareceu, ainda, que se tinha limitado a fazer a manutenção dessas escolas, de acordo com as necessidades manifestadas, adiantando, no entanto, que estaria disponível para colmatar alguma falha pontual, ou executar pequenas reparações, mas nunca para realizar um grande investimento, porque, tratando-se de dinheiros públicos, não o poderia fazer para mais tarde deitar abaixo.-----

----- Entretanto, aproveitou a oportunidade para informar que precisamente naquele dia tinha sido discutido na Reserva Agrícola o espaço onde iria surgir um novo Centro Escolar para Sangalhos, que logo que estivesse adequado, já tinha sido elaborado um projecto que avançaria logo que existisse verba e participação europeia. No entanto, tal não poderia acontecer em espaço de Reserva Agrícola ou de Reserva Ecológica, mas como o problema tinha sido discutido na Comissão Nacional da Reserva Agrícola, esperava que dentro de dias o problema estivesse resolvido para que, logo no início do ano, pudesse lançar um concurso para uma escola de qualidade.-----

----- Quanto às rupturas entre o Lidl e o Modelo, informou o Senhor Deputado de que a Câmara Municipal já tinha o equipamento adequado para substituir a rede. Informou, também, que tinham sido tentados vários métodos, sem sucesso, e por se tratar de uma zona de conflito em termos de pressão de água, teria de ser substituída. Acrescentou, ainda, que os trabalhos estavam encaminhados e que no início do próximo ano seriam feitas as devidas correcções à rede, no sentido de não rebentar, adiantando, no entanto, tratar-se de uma intervenção cara, pela dimensão do tubo, mas não difícil, que teria de ser executada, porque a Câmara pretende dar dignidade à entrada na cidade.-----

----- Aproveitou, também, para informar de que já existia um projecto para definir uma solução urgente para o local, por forma a dar essa dignidade à entrada da cidade, uma vez que a estrada se encontra constantemente esburacada, e adiantou que, eventualmente, os trabalhos iriam passar daquele local para a avenida da Escola Secundária, que ao contrário daquela, tem a conduta no passeio.-----

----- Passando a falar da questão das Caves Primavera, esclareceu que as mesmas tinham interesse, através do Museu do Vinho Bairrada, em ter ligação com a China e, nesse sentido, pediram a colaboração daquele Museu, que é da Bairrada e do Vinho. Referiu, também, que apesar de se tratar de umas Caves não sediadas no concelho, a verdade é que o Museu tem um vínculo a todas as actividades económicas da Bairrada na área do Vinho, pelo que também não poderia fugir dessa responsabilidade. Quanto ao que irá acontecer, se será simbólico ou se acarretará algumas despesas, esclareceu que tal será apresentado pelo Director do Museu para a Câmara decidir, no âmbito da tal proposta que existe.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- No entanto, disse nada estar ainda definido, mas não deixou de referir que tratando-se de contribuir para o engrandecimento e para o reconhecimento da Bairrada, para ter uma mais-valia, do espaço da Bairrada que for, o Museu do Vinho estará interessadíssimo em colaborar naquelas acções e em as acompanhar com todo o rigor e com toda a vontade de que seja sucesso.-----

----- Relativamente ao Fundo Social, disse não ter dados concretos sobre as famílias apoiadas, mas adiantou que tinham sido poucas. Adiantou, também, que precisamente naquele dia, na reunião pública que tinha tido a presença da comunicação social, tinha sido presente ao Executivo, com informação técnica, uma solicitação de alteração ao Regulamento do Fundo Social, para ser apresentada até ao final do mês de Janeiro de dois mil e onze, que contemple situações não previstas na altura da sua criação, nomeadamente de famílias monoparentais, uma vez que a conjuntura evoluiu para situações preocupantes e o Fundo tem dinheiro.-----

----- Passando a responder ao Senhor Deputado Sidónio Carvalho, do GM do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por esclarecer que a limpeza dos contentores, presentemente, era feita com mais regularidade do que no passado, até porque a Câmara Municipal dispõe de equipamento para o efeito. Não obstante, não deixou de admitir que uma outra situação não seja resolvida de forma tão atenta. Entretanto, tomou nota e agradeceu o alerta, garantindo que tudo iria ser feito, até porque a Câmara Municipal tinha adquirido mais contentores, o que lhe permitia proceder à sua substituição sempre que necessário, para melhorar e garantir um serviço de qualidade.-----

----- Quanto às casas devolutas, disse tratar-se de uma guerra porque a Câmara está a actuar nesse trabalho, notifica as pessoas e elas pedem prazo, alegando os mais diversos motivos, o que torna a tarefa complicada. No entanto, informou o Senhor Deputado de que tem existido algum progresso, apesar de não tanto como seria desejável. Mas, como provavelmente o Inverno iria demolir alguns casos, que infelizmente deveriam ter sido demolidos, adiantou que a Câmara irá ser mais rigorosa porque muitas vezes é o vizinho que, com frequência, vai alertando a Câmara, através de denúncia, por se encontrar a correr algum perigo, e a Câmara tem dado resposta a essas situações. Todavia, não deixou de lembrar que as pessoas, depois, poderão impugnar as ordens da Câmara Municipal.-----

----- Aproveitou, assim, para considerar que aquele tipo de discussão era pertinente porque, afinal, afectava todos em geral, na medida em que, dificilmente se encontrará uma localidade no concelho onde não existam casos do género. Além de considerar uma situação indecorosa, destacou o perigo que a mesma acarreta. Como tal, informou o Senhor Deputado que a Câmara tem feito muita demolição, mas também lhe disse que não fazia mais porque a lei dos resíduos resultantes de demolição também tem criado algum problema. A terminar, constatou que actualmente a situação está mais facilitada em termos de legislação e de utilização e que há mais pessoas a fazer os depósitos desses materiais, pelo que adiantou que o propósito da Câmara, num futuro próximo, é o de melhorar.-----

----- Decorrida a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU.--

----- O Senhor Deputado começou por perguntar se o Senhor Presidente teria conhecimento de uma reclamação apresentada por um munícipe de Sangalhos sobre as águas pluviais no passeio junto à casa do Senhor Guilherme, na sequência de um serviço mal feito pelo empreiteiro. Sobre a mesma, perguntou ao Senhor Presidente por que razão os serviços da Câmara se deslocaram para lá durante duas semanas e não o empreiteiro, e se teria sido por ter terminado a garantia dos serviços prestados no concurso da implantação dos passeios.-----

----- Perguntou, também, ao Senhor Presidente da Câmara por que motivo a Câmara Municipal não dava continuidade ao projecto, conforme prometido nas eleições, de construção dos passeios em Sangalhos, com início em Sá até ao limite com o concelho de Oliveira do Bairro. Acrescentou, ainda, que os trabalhos pararam na Santa Eufêmea e que em alguns locais o serviço estava mal feito, pelo que perguntava, também, qual a razão para o empreiteiro não proceder à reposição da pavimentação onde o serviço estava mal feito.-----

----- Continuando, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se o ano de dois mil e onze era a meta para a conclusão de todo o saneamento aplicado, mas que não está em funcionamento, tanto na freguesia de Sangalhos, como no lugar de Vidoeiro, como na freguesia de Amoreira da Gândara, assim como de alguns pequenos ramais que estão por executar em outras freguesias.-----

----- Para finalizar, e quanto à pavimentação das ruas na freguesia de Sangalhos, mais propriamente no lugar da Fogueira, que serve muitas pessoas de duas freguesias que utilizam o transporte ferroviário, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara para quando tenciona aplicar pavimento sobre a estrada que, volvidos onze anos desde que foi feito o saneamento, ainda não tem pavimento e onde o piso está abatido.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Pedro Dias, do GM do PPD/PSDS.-----

----- O Senhor Deputado começou por dizer que pretendia dar um reforço à justificação que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha dado ao Senhor Deputado Rui Marinha. Nessa medida, e relativamente ao que estava estabelecido no plano de actividades relacionadas com o Museu do Vinho, esclareceu que o contacto foi feito directamente pelas Caves Primavera, adiantando crer que tal se inseria, um pouco, na estratégia da própria empresa, na internacionalização, porque tem importação directa dos seus produtos. Acrescentou, ainda, que no âmbito desse contacto directo das Caves, o Museu foi alertado para o facto de que uma televisão de Cantão iria estar na região da Bairrada em dois mil e onze e que eles próprios tinham demonstrado interesse em ter algumas imagens do trabalho desenvolvido no Museu do Vinho.-----

----- Como tal, o Senhor Deputado referiu que, de certa forma, isso também era gratificante para o Museu, porque reflectia, um pouco, a estratégia que tem vindo a ser adoptada em termos de internacionalizar a marca Bairrada, não só Anadia, mas, como tinha dito o Senhor Presidente da Câmara, a marca Bairrada e todos os municípios que incluem a Bairrada.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Nesse âmbito, disse acreditar que tem havido alguma repercussão de alguns programas televisivos que têm sido feitos, nomeadamente o Programa "Hora de Baco", da RTPN e RTP Internacional, que foi certamente visualizado por muitas outras nacionalidades. Disse, ainda, ter também a ver um pouco com a aposta na internacionalização dos artistas, com convites feitos a alguns artistas, nomeadamente de Espanha, de Cuba e de Miami, presentes em algumas exposições, e também, com a recente selecção do Museu do Vinho para participação no Congresso Internacional sobre a Vinha e o Vinho, no âmbito do contacto feito pela Universidade de Madrid e de Mérida.-----

----- O Senhor Deputado informou, também, que uma Universidade Europeia, também importante, a Universidade de Sorbonne e o Museu do Louvre, que deve constituir orgulho para todos - comentou -, seleccionou o Museu do Vinho como um exemplo de estudo da ligação da museologia local com as populações locais e com a valorização dos produtos endógenos da região, que é o vinho. Portanto, o Senhor Deputado considerou tratar-se de algo gratificante para o Museu, porque, no fundo, é um reflexo da estratégia que tem vindo a ser seguida.-----

----- Mesmo a concluir, aproveitou, ainda, para informar o Senhor Deputado Rui Marinha de que não haveria lugar a quaisquer despesas, mas antes a receitas, receitas essas que são mais-valias, ou seja, são, no fundo, a divulgação da região da Bairrada.-----

----- Continuando o período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Tiago Castelo Branco, do GM do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado disse pretender uma espécie de recomendação à Câmara Municipal, no âmbito da sua actividade, tendo passado a fazer uma breve introdução, que concretizou da seguinte forma:-----

----- A crise em que vivemos afecta milhares de famílias portuguesas. Assiste-se hoje a um crescimento exponencial da pobreza, muita dela escondida, mostrando a realidade daqueles que são já denominados os "novos pobres".-----

----- Segundo o promotor da Petição "Desperdício Alimentar", António Costa Pereira, entre trinta e cinco a cinquenta mil refeições provenientes de serviços de catering são, diariamente, colocadas no lixo. Nos números citados não estão incluídos os desperdícios alimentares dos restaurantes e das refeições confeccionadas nos supermercados. O promotor da petição quer reduzir o desperdício de alimentos da restauração e cantinas, através do aproveitamento das sobras, de modo a serem distribuídas pelos mais necessitados. Esta iniciativa já conta com o apoio da ARESP, da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da ASAE, na criação de programas de âmbito local que sejam executados pelas Autarquias para encontrar soluções contra o "desperdício alimentar".-----

----- Também na Assembleia da República, todas as forças políticas reconheceram o admirável e exemplar exercício de cidadania levado a cabo pelo promotor da Petição.-----

----- Neste sentido, o Grupo Municipal do CDS-PP de Anadia, atendo aos problemas do concelho, propõe à Câmara que estabeleça as "pontes" necessárias para o alargamento desta



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

iniciativa às diferentes instituições, sejam privadas ou públicas, de modo a que possamos chegar a todas as famílias mais desprotegidas do concelho de Anadia.-----

----- Estamos convictos de que as empresas, através do mecenato e da responsabilidade social, as Juntas de Freguesia, as IPSS, as Escolas, as Igrejas de diferentes credos e religiões, e o voluntariado estarão disponíveis para participar no desenvolvimento de programas contra o desperdício alimentar.-----

----- Assim, o Grupo Municipal do CDS-PP de Anadia recomenda à Câmara Municipal que seja parceiro activo neste combate ao desperdício alimentar:-----

----- - Promovendo o encontro urgente entre os diferentes parceiros atrás mencionados, no sentido da concentração de esforços no combate ao desperdício alimentar e à criação de sinergias destinadas a programas locais de combate ao desperdício alimentar;-----

----- - Disponibilizando o conhecimento das necessidades sociais e alimentares das famílias carenciadas do concelho a todos os parceiros desses programas de combate ao desperdício alimentar;-----

----- - Auxiliando, quer nas condições estruturais, quer na procura dos meios, locais e equipamentos, os parceiros desses programas, contribuindo para que estas refeições possam chegar perto de quem necessita.-----

----- Decorridas as intervenções do Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder às mesmas.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder ao Senhor Deputado João Morais. Relativamente ao problema/reclamação das águas pluviais, esclareceu não ser da responsabilidade do empreiteiro. Esclareceu, ainda, tratar-se de uma estrada antiga, de difícil resposta, com soleiras que não obedeceram a regras, o que dificulta a execução correcta do trabalho. No entanto, não deixou de reconhecer que num ou outro sítio o projecto não terá acautelado, porque também não podia, por se tratar de águas exteriores aos passeios e à estrada. Em jeito de comentário, referiu que as pessoas não querem as águas nos seus terrenos e seguem o caminho mais fácil, encaminham-nas para as estradas. Concluiu, ainda, que o empreiteiro fez o trabalho que lhe competia fazer, em cumprimento do projecto elaborado para o efeito, mas, não deixou também de referir que nos sítios onde esse trabalho não esteja bem executado, o empreiteiro terá de providenciar a sua reparação, no âmbito do contrato que foi celebrado.-----

----- No que se refere às águas pluviais, informou o Senhor Deputado que tem sido a Câmara a fazer. No entanto, disse que muitas queixas vêm sendo apresentadas na Autarquia, de forma personalizada, mas por vezes é de estranhar algumas situações que são criadas e que se vêm a revelar não constituir problema. Deu como exemplo o caso de Sangalhos, onde tal acontece e onde a Câmara, pela sua benevolência, tem vindo a fazer. Apesar disso, destacou que vem tendo o cuidado, nos trabalhos realizados pela Autarquia, de mandar os técnicos, quando chove, verificar qual o comportamento, porque, como adiantou, a Câmara não é mandada pelas



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----  
----- pessoas, o seu trabalho é fiscalizado pelos Senhores Deputados da Assembleia Municipal.-----

----- Esclareceu, assim, que no que compete ao empreiteiro, a Câmara tem sido rigorosa nesse aspecto. No que acontece por deficiências de projecto, ou por outras razões, informou ser a Câmara que executa ou, se assim não o entender, adjudica de novo a quem faz, por se tratar de trabalhos imprevistos ou outros que são actualmente regulamentados de uma forma muito rigorosa.-----

----- Relativamente aos trabalhos dos passeios, confirmou que os mesmos serão executados até ao limite com o concelho de Oliveira do Bairro, mas não no imediato. Aproveitou, entretanto, para informar o Senhor Deputado de que o orçamento municipal, no presente ano, assim como os das Juntas de Freguesias, tinha sido privado, ou prejudicado, em termos de finanças públicas, em novecentos mil euros e cento e tal mil no ano anterior. Assim, considerado esse corte no orçamento da Autarquia, conjugado com o corte nos orçamentos das Juntas de Freguesia, referiu que se tornaria mais difícil levar a efeito tantas obras como vinham sendo feitas, ou então, teria de se gerir melhor do que se vinha gerindo até então.-----

----- Declarando que seria esse o sentido da aposta da Autarquia, como, com certeza, a das Juntas de Freguesia, não deixou de garantir que mantinha a promessa feita, adiantando que logo que fosse conseguido financiamento adequado, o trabalho dos passeios seria concluído, com a diferença que o que está por realizar não tem os problemas das soleiras por ter a construção isolada, tornando-se, assim, de mais fácil execução. No entanto, disse que não deixará de ter os problemas e a despesa por metro quadrado.-----

----- Quanto ao saneamento, recordou o que sempre disse, que a Câmara não faria um concurso para pequenos troços. Referiu, ainda, que normalmente são as pessoas que solicitam a ligação e os serviços fazem essas ligações e resolvem as situações, por vezes, até por administração directa. E, acrescentou, apesar de os serviços virem fazendo, só não terão resolvido em casos onde, ou não houve pedidos, ou quando os houve, as pessoas não aceitam as condições definidas na lei.-----

----- Passando a falar da questão da reposição dos pavimentos, informou o Plenário de que estavam previstas grandes reposições, que vão corresponder a alguns quilómetros de rectificação de pavimentos, por estar convencido de que teria folga no orçamento, se viesse a ser aprovado, para a fazer. Esclareceu tratar-se de um compromisso que assumiu com o município e que vai cumprir.-----

----- No entanto, não deixou de referir tratar-se de um momento crítico de obras, que quem não o souber aproveitar, não haverá mais homens nas Câmaras, nos Governos, do betão e do cimento, como o Senhor Deputado lhe pareceu querer apelidá-lo, ao pedir tantas obras que envolvem alcatrão e betão. Assim, chamou a atenção para o facto de que não poderiam desperdiçar os financiamentos da Europa que se destinam a participar obras, pelo que tinham de ser céleres, elaborando os projectos e tentando fazê-los aprovar nas instâncias comunitárias de forma a poder beneficiar da comparticipação.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Dirigindo-se ao Senhor Deputado João Morais, disse-lhe que não deveria ter qualquer preocupação e que deveria apontar aqueles problemas porque, como já tinha dito, a Câmara estava ali para aceitar as sugestões dos Senhores Deputados e, também, as reclamações, muitas vezes justas, reconheceu. No entanto, não deixou de reforçar que a Câmara vinha tendo o cuidado de dar resposta a situações idênticas nas diversas freguesias, porque não seria só a de Sangalhos que se queixava de ter uma estrada para repavimentar, ou o saneamento por ligar, adiantando haver freguesias que não tinham mesmo saneamento. E, aproveitando o facto de o Senhor Deputado ter falado de Amoreira da Gândara, informou que essa freguesia tem apenas algum saneamento, mas que, a curto prazo, irá ter o saneamento total, assim como outras, no âmbito da candidatura que foi apresentada pela Câmara e que esperava ser aprovada.-----

----- A terminar, referiu que a atenção da Câmara Municipal vai no sentido de não desperdiçar qualquer participação europeia do que se afigura conseguir, que em algumas obras é de setenta por cento, e concluiu que se a Câmara não faz mais é porque, efectivamente, a burocracia e as complicações do sistema de candidaturas são muitas.-----

----- Não tendo havido qualquer outro pedido de intervenção no período de discussão do ponto um da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o mesmo por encerrado e passou a apresentar o ponto dois da mesma, *"Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento e das Opções do Plano da Câmara Municipal de Anadia, para o ano dois mil e onze, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 2, do Artigo 3.º do RAMA"*.-----

----- Finda a apresentação, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para introduzir o ponto. O Senhor Presidente começou por dizer, de uma forma muito clara, que aquele tinha sido o orçamento, até então, mais difícil de conseguir, pela simples razão de que a Câmara Municipal tem menos dinheiro e tem de haver fundamento para a receita. Reconheceu, também, a dificuldade na apresentação de um orçamento, nos moldes em que a lei obriga a apresentar, e disse, ainda, não compreender que, por exemplo, uma obra que pretende lançar a concurso em Dezembro, tenha de ser inscrita na sua totalidade no orçamento, dando assim azo a que a Câmara seja acusada de ter uma execução de apenas quarenta ou cinquenta por cento. O que, se calhar, será muito, acrescentou, tendo em conta que a obra não é para um ano, nem é um período estanque, e que o dinheiro tem de ser gasto gradualmente.-----

----- Com isso, esclareceu pretender dizer que muitas vezes a acusação que fazem em relação aos orçamentos é baseada numa análise meramente política, apesar de aceitar totalmente. Mas, também não poderia deixar de referir a dificuldade com que a Câmara Municipal se depara em arranjar dinheiro para inscrever as obras que foram lançadas a concurso, e para outras que seriam brevemente lançadas a concurso, não por sua vontade, mas por força de autorização da abertura de candidaturas e consequente prazo para a sua apresentação (Centros escolares – até trinta de Dezembro de dois mil e dez; Regeneração Urbana até Fevereiro de dois mil e onze).---

----- Continuando, explicou, assim, que era necessário dotar as rubricas do orçamento com o verba que a Câmara não tem, mas que virá a ter quando as candidaturas forem aprovadas, o



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que, em verdade, é dinheiro fictício, mas não deixa de ter de ser inscrito no orçamento. Nessa conformidade, esclareceu que isso se reflecte de uma forma tão evidente que a execução das obras lançadas a concurso ficaria comprometida se a Câmara Municipal, a curto espaço, não conseguir duas coisas: o dinheiro do empréstimo que prevê venha a ser aprovado e o dinheiro das participações da Europa. De outra maneira, adiantou, a Câmara não tem dinheiro para trabalhar, concluindo, mesmo, tratar-se de uma estratégia utilizada não só pela Câmara de Anadia, mas por todo o Autarca que se preza por não deixar fugir um tostão.-----

----- Pelas razões atrás expostas, reforçou a dificuldade sentida na elaboração de um orçamento com todas aquelas limitações financeiras, e disse não estar a pedir a compreensão dos Senhores Deputados, até porque a proposta seria submetida à votação, mas a verdade era que poderiam constatar que era menos. Destacou, ainda, que tinham tentado, dentro de todas aquelas limitações, elaborar um orçamento que venha responder ao projecto da Câmara Municipal, e ao seu plano plurianual, que faz parte do próprio documento, mostrando-se convicto de que iriam conseguir.-----

----- Garantiu, entretanto, que continuaria a pôr obras a concurso, com a certeza de que as vai pagar; continuaria a inscrever verbas para as Juntas de Freguesia, assim como para as Associações, e outras, com a certeza de que tem de lhas dar, com as limitações que também, por consequência, venham a ser impostas à Câmara Municipal.-----

----- Antes de terminar, referiu que a sua maior preocupação, no momento, reside na questão do pessoal. Assim, explicou que a Câmara tem necessidade de pessoal, mas está algo condicionada quanto à entrada de pessoal. No entanto, mesmo condicionada, explicou que o orçamento também tem de prever uma verba para pessoal, porque, em contrário, é que a Câmara não poderia mesmo contratar. Apesar de ter havido esse cuidado, disse ter ficado aquém das necessidades da Câmara, porque a Câmara irá precisar de mais pessoal, uma vez que não pode contratar pessoas individuais para realizar um pequeno serviço, por força das regras definidas em matéria de contratação, nomeadamente a imposição do Estado na contratação de empresas (tendo dado o exemplo da empresa que faz a limpeza do edifício dos Paços do Concelho que é de Lisboa).-----

----- Em conclusão, e a finalizar, disse que o orçamento vem tentar responder a muitas das questões expostas e vem criar, também, alguma diferenciação com os orçamentos dos anos anteriores, porque a lei assim o determina, sendo que a maior diferenciação, era que só poderiam gastar em função do que recebiam.-----

----- Concluída a introdução feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, do GM do PS.-----

----- O Senhor Deputado começou por dizer que da análise que os Deputados do Grupo Municipal do PS fizeram ao orçamento, verificaram, tal como o tinham feito no ano anterior, alguma aproximação às prioridades que o PS sempre tem defendido. Especificando, constatou que tal se verificava nas verbas para a educação, para o saneamento e para o desenvolvimento



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

económico, e no caso do saneamento, prometendo continuar nos próximos anos. No entanto, disse que em outras áreas também verificaram um afastamento em relação ao que acham mais necessário, por exemplo: a drástica redução da verba para a cultura; uma redução na verba para as estradas; uma verba muito exígua para a acção social, que podia justificar muito mais neste tempo de crise; em contraste com a forte concentração no projecto Regeneração do Centro Urbano, um projecto que sempre criticaram, reforçou.-----

----- Entretanto, disse que os Deputados do GM do PS eram sensíveis aos esforços da Câmara Municipal na conjuntura de crise, em que a Câmara Municipal foi afectada pela redução de transferências do Poder Central. Declarou, também, que lhes aprazia registar, como já tinham feito os Vereadores do PS, que a Câmara, pela primeira vez, se propõe cortar despesas correntes, embora lhes pareça que deva ir mais longe nesse exemplo de poupança.-----

----- Nessa conformidade, afirmou que o orçamento lhes suscitava um misto de sentimentos diferenciados, e essa a razão porque iriam alterar o voto contra, que sempre apresentaram nos anos anteriores, votando pela abstenção, em articulação com aquilo que já tinha sido manifestado pelos Vereadores do PS na Câmara.-----

----- Não deixou, também, de referir que tal significa que a oposição que movem à maioria do PSD, não é cega nem sistemática, porquanto sabem ver os sinais que no seu entender vão na direcção correcta para o desenvolvimento do concelho, embora considerem que tais sinais sejam escassos e de maneira nenhuma podem dizer que o orçamento em discussão seja o orçamento do Grupo Municipal do PS. Declarou, mesmo, não ser e estar longe de o ser.-----

----- Finalmente, disse que o Grupo Municipal do PS exortava o Senhor Presidente da Câmara Municipal a utilizar o melhor possível o pouco dinheiro disponível e adiantou que consoante a avaliação que fizerem, lá estariam para criticar, ou até, talvez, para aplaudir. Assim, e pelas razões apresentadas, anunciou o voto de abstenção do seu Grupo Municipal.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Carvalho, do GM do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por reconhecer tratar-se de um documento previsional e, como tal, era assim tratado. No entanto, disse que não queria deixar de, por um lado, fazer algumas recomendações e, por outro lado, levantar algumas questões e, eventualmente, vê-las respondidas.-----

----- Assim, e seguindo o Plano no que se refere às Linhas Gerais de Actuação, passou a referir que uma das questões tinha a ver com o problema levantado pelo Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao abatimento e ao desgaste dos pavimentos. Sobre essa questão, constatou que o que se vê com frequência, se calhar, também por não ter sido adoptada uma fiscalização permanente em obra, é o empreiteiro colocar material nas valas que foi de lá retirado sem cumprir todas aquelas condições, que o próprio caderno de encargos normalmente define, e que são as definidas pelo LNEC, relativas a tapamento de valas. O que dá origem a abatimentos sucessivos - concluiu.-----

----- Sobre o aumento dos transportes escolares, também falado pelo Senhor Presidente da



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Câmara, constatou ser previsível, porque quando a Parque Escolar começou a fazer a localização das Escolas, não houve o cuidado de fazer as matrizes de localização, de ver a origem e destino dos alunos, logo, o que acontecia era que nem sempre a escola tinha sido colocada no sítio certo e, portanto, todas as Câmaras, não só a de Anadia, teriam aumento de custos com o transporte escolar. Aproveitou para lembrar da existência de regras próprias para a localização de equipamentos, em cumprimento das quais se tornava necessário saber a proveniência dos alunos, qual a perspectiva de crescimento, o seu destino para, depois, então, localizar a escola no sítio em que a Câmara tenha menos despesa. Disse, assim, tratar-se de uma técnica de engenharia muito clara e rematou, reforçando que seria previsível que o tal aumento viesse a acontecer, atendendo ao sistema utilizado para localização de equipamentos.-

----- Continuando, e no que se refere à "Protecção do Meio Ambiente", o Senhor Deputado disse tratar-se de uma questão que a todos preocupa, como também tinha sido dito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Mas, destacou, em especial, a questão dos resíduos, não só dos municipais da construção e demolição, mas também aqueles que a Câmara tem obrigatoriedade de receber, porque as obras não licenciadas, de acordo com o RJUE, são uma responsabilidade da Câmara. Sobre essa questão, adiantou que, eventualmente, seria possível, com a quantidade de Barreiros que existe no concelho, a Câmara licenciar uma zona de depósito, que até resolvia outro problema, que era o buraco que lá está e que pode no futuro vir a causar algum acidente. Mas, voltou a referir a obrigatoriedade da Câmara Municipal em tratar os resíduos da Autarquia e os das obras não licenciadas, que também compete à Câmara resolver e nada aparecia em termos de plano nessa área.-----

----- Entretanto, comentou a opção feita, num período de crise, por uma obra de ampliação da cobertura do Estádio Municipal, apesar de ser assegurada pela comparticipação dos fundos comunitários, atendendo a que a parte social não está assim tão reforçada. Comentou, assim, ser mais betão e menos gente, menos qualidade de vida, eventualmente, das pessoas mais desfavorecidas.-----

----- No que se refere à iluminação pública, apresentou uma achega. Deu a conhecer da existência de programas, um dos quais o ERSE, mesmo para os edifícios públicos, que actualmente financiam a cem por cento a substituição da iluminação corrente por iluminação de tecnologia LED, ou outra de menor consumo, e em que a Câmara só tem de alterar quadros porque tudo o resto é pago pelo Programa. Aconselhou, também, a utilização, na iluminação pública, de tecnologias mais avançadas, como a tecnologia LED, que permite um maior rendimento e um consumo muito menor, aliás, uma opção seguida actualmente por todas as Câmaras, que disse supor vir também a ser seguida pela Câmara de Anadia, ainda que tal não fosse referenciado no documento.-----

----- Passando a falar de preocupações, disse que as mesmas tinham precisamente a ver com o aumento de pessoal. E, apesar de o Senhor Presidente da Câmara Municipal ter dito algo na explanação do ponto, disse que não compreendia muito bem, e gostaria de ver essa questão melhor esclarecida, como a Câmara ia aumentar o pessoal, quando tinha menos dinheiro e o



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

volume de obras estava a diminuir.-----

----- A finalizar, disse, ainda, continuar a achar que os consumos de gasóleo eram exagerados, que o investimento no ambiente e na qualidade de vida lhe parecia muito baixo, e que também lhe parecia que, estando num período crítico, estavam muito abaixo do aceitável. Referiu, também, que os encargos com os empréstimos (com o que foi aprovado e não foi utilizado e com o que era proposto a seguir) iriam duplicar nos anos seguintes, se vierem a ser utilizados, porque apesar de não contarem para a capacidade de endividamento, contam para os encargos. E, sobre essa matéria, pediu ao Senhor Presidente da Câmara para que o informasse sobre a capacidade de endividamento da Câmara.-----

----- Para dar resposta às questões levantadas pelo Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a apalavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara começou por reconhecer algo de diferente na discussão do orçamento, na medida em que constatava uma intenção e uma abrangência diferentes. Nessa conformidade, e comentando as palavras do Senhor Deputado Cardoso Leal, quanto à aproximação à visão do PS, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a postura da Câmara é mesmo a de se aproximar e de criar consensos, de maneira a que as verbas, que são públicas e que se encontram à disposição da Câmara, sejam bem gastas.-----

----- No entanto, disse que também tinha de reconhecer não se tratar do orçamento do PS, concordando com o que tinha sido dito pelo mesmo Senhor Deputado, o que não obstava, na sua opinião, a que tivessem de o carregar só de vicissitudes. E, apesar de reconhecer que o Senhor Deputado Cardoso Leal não o tinha feito, o certo era que não tinha deixado de apresentar uma série de críticas, que às vezes têm a pertinência que têm. Mas, também referiu que o Senhor Deputado não poderia deixar de admitir que ao Presidente da Câmara não era fácil elaborar um documento que desse resposta.-----

----- Reforçou, assim, que a Câmara tinha de fazer opções, porque o dinheiro não dava para tudo. E, por isso, havia que estar atento às tais oportunidades que o dinheiro do País, e da Comunidade, podiam oferecer, sob pena de poder prejudicar o concelho.-----

----- Portanto, discordando do Senhor Deputado na questão da distribuição, referiu que a área da cultura tinha forçosamente de estar menos dotada, porque já não tinham mais uma Biblioteca, nem mais um Cineteatro, e, apesar de continuar a apoiar a cultura no mesmo, era chegada a hora de apostar nas escolas e na Regeneração urbana, áreas que tinham participação dos fundos comunitários. Não deixou, no entanto, de lembrar o Senhor Deputado que na altura da aposta em equipamento na área da cultura, tinham ficado prejudicadas as escolas, a regeneração urbana e tantas coisas, concluindo, assim, que um orçamento era uma decisão baseada em opções. E, aproveitou, ainda, para perguntar ao Senhor Deputado, que tinha dito que aquele não era o orçamento do PS, se o Grupo Municipal do PS, perante a possibilidade de fazer a regeneração urbana, de fazer as escolas, de fazer o Velódromo, os projectos que estavam a ser comparticipados pela Europa e pelo Governo, se teria outra opção, se deixava de fazer isso.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Antes de terminar, adiantou que a Câmara, no momento, estava confrontada com a possibilidade de, no futuro, a Europa deixar de se preocupar em fazer mais obras e passar a preocupar-se, apenas, em pagar as dívidas.-----

----- Aproveitou, ainda, para informar o Senhor Deputado Cardoso Leal que tinha o apoio inequívoco do Governo em obras na área da educação, do desporto, e, portanto, seria incoerente da sua parte fazer um orçamento que não viesse a dotar aquelas rubricas da verba necessária para as realizar, considerando tratar-se de obras apoiadas pelos Fundos Comunitários.-----

----- Aproveitando para responder também a algumas das questões do Senhor Deputado Sidónio Carvalho, esclareceu que o Município de Anadia tem total capacidade de endividamento, informação que, aliás, constava dos mapas. No entanto, acrescentou que o PEC 3 proíbe a Câmara Municipal de Anadia de ir buscar dinheiro à sua capacidade de endividamento, numa clara penalização a quem geriu melhor, porque aqueles não têm capacidade de endividamento podem ir na mesma buscar aos Fundos Comunitários o dinheiro que precisam.-----

----- Não obstante, mostrou-se tranquilo quanto a essa matéria, porque a Câmara de Anadia não deve, tem a sua capacidade de endividamento intacta, e vai pagar as obras com a ajuda dos empréstimos. Adiantou, também, como provável, que se a Câmara Municipal visse aprovadas mais obras, nomeadamente o saneamento, proporia um novo empréstimo.-----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Sidónio Carvalho, e começando pela questão da ampliação da cobertura do Estádio Municipal, disse apenas tratar-se de uma pequena empreitada de cinquenta mil contos, que será realizada com o apoio de Fundos Comunitários, ao contrário do que foi feito no passado, que tinha havido essa possibilidade e não foi aproveitada.-----

----- Sobre a questão dos depósitos RCD, começou por esclarecer o Senhor Deputado que a Câmara não substitui os privados e aproveitou para o informar de que estavam a ser desenvolvidos projectos para a ocupação dos Barreiros em termos de depósito de materiais do tipo resíduos não perigosos, devidamente tratados. No entanto, não deixou de referir que, do conhecimento que tem da situação, esses resíduos normalmente desaparecem por serem quase todos recicláveis, e aparecem em tout-venant, ou em outras coisas. Quanto aos que não aparecem, adiantou que terão de ser tratados de outra forma e até levados para depósitos devidamente legalizados para o tratamento de resíduos que não são recicláveis e que não podem ser deixados ao ar livre.-----

----- Quanto à questão da tecnologia LED, informou o Senhor Deputado que a Câmara Municipal tinha contactado várias empresas ligadas ao ramo eléctrico, inclusivamente empresas espanholas, mas ainda não tinha aparecido o tal apoio para proceder à substituição da actual energia por LED's. Logo que isso acontecesse, a Câmara aproveitaria, rematou.-----

----- Aproveitou a oportunidade, para informar o Senhor Deputado que a Câmara Municipal iria fazer um ensaio com LED's na Regeneração Urbana da Curia, para a qual já tinha o projecto elaborado, o que demonstra que a Câmara anda atenta e preocupada quanto a essa matéria.---



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Quanto ao pessoal, começou por esclarecer que a Câmara de Anadia, há muito tempo a esta parte, não tem admitido pessoal, por dificuldades diversas. E, como por força de um número significativo de pessoas que se reformaram, tinha ficado com défice de pessoal, não iria deixar de contratar os que são essenciais à Câmara, até porque essa possibilidade de contratação estava prevista no orçamento. No entanto, esclareceu que a contratação ia sendo feita em função da necessidade dos serviços.-----

----- Sobre o consumo de gasóleo, referiu não ser assim um valor tão exagerado, segundo os técnicos. Esclareceu, também, não ser uma rubrica fácil de reduzir, apesar de todas as restrições que estavam a ser postas em prática, atendendo à dimensão da frota da Câmara Municipal, ao facto de os serviços estarem diversificados e, considerando, nomeadamente, as sete viaturas de transportes públicos que fazem parte do parque automóvel da Câmara e as máquinas que prestam apoio às Associações e às Juntas de Freguesia, apoio esse que precisam agora, mais do que nunca. No entanto, adiantou que a Câmara tudo fará para gastar menos, também por força dos cortes que sofreu nas transferências directas.-----

----- Passando a falar da questão da Parque Escolar, esclareceu que a Câmara Municipal de Anadia não celebrou qualquer contrato com o Ministério da Educação, nem houve qualquer delegação de competências, pelo que, a Câmara continua a ter apenas a competência das escolas básicas do primeiro ciclo e da pré-primária. Como tal, afirmou nada ter a ver, ou melhor, a Câmara, com a obra que será feita. Mas, adiantou que se lhe perguntarem se ficará contente com uma obra daquele tipo, manifestará o seu agrado por se tratar de instalações modernas, cumprindo todas as regras, que vem substituir a existente que está em mau estado.-

----- Referiu, ainda, que a Parque Escolar elaborou o projecto que entenderam, após o que veio propor à Câmara Municipal a cedência do terreno para a construção da obra, dando início, assim, e só nessa altura, aos contactos do Presidente da Câmara com a Parque Escolar, no sentido de discutir e definir o que aquela empresa pretende, para vir a negociar. Esclareceu, então, não ter tido qualquer intervenção no processo, mas tão só, o papel de negociar, aproveitando, também, para esclarecer as críticas de todos os que tentavam inventar que é o responsável pela obra.-----

----- Aproveitou, ainda, para esclarecer que para o Presidente da Câmara Municipal ensino privado e ensino público é a mesma coisa, o Ministério é que tem de se decidir, o Presidente da Câmara não tem qualquer intervenção na matéria e nem quer ter, adiantou. Disse, também, continuar disponível para colaborar com todas as instituições de ensino do concelho.-----

----- Voltando a dirigir-se ao Senhor Deputado Sidónio Carvalho, informou que as escolas respeitam tudo o que a lei impõe e que todo o processo foi acordado em termos de Carta Educativa, pelo que a estar algo mal, quem poderá responder por isso serão os responsáveis da DREC. Não deixou, no entanto, de referir que por vezes não se pode construir onde se pretende por diversas condicionantes, nomeadamente em termos de Reserva Agrícola ou Ecológica.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU.--



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Senhor Deputado começou por falar do resumo das despesas do orçamento. Nesse âmbito disse que, em sua opinião, existia, de facto, um aumento de bens de capital, aumento esse que se devia à instalação dos Centros Escolares e à Regeneração Urbana do concelho de Anadia, obras comparticipadas por Fundos Comunitários e por fundos do Poder Central.-----

----- Constatou, também, uma redução em relação às transferências do capital do Poder Central, na ordem dos três por cento, que vem igualmente criar dificuldades ao orçamento. Em contrapartida, referiu que o documento tinha uma dificuldade acrescida para a Câmara Municipal, e que se prendia com a aquisição de bens e serviços, nomeadamente as despesas correntes com a aquisição de viaturas, principalmente as ligeiras, recomendando alguma atenção à Câmara em optar por viaturas de mais baixo valor, em ordem a melhorar o orçamento.-----

----- Continuando, e ainda referindo-se ao capítulo das aquisições de bens e serviços, constatou um aumento de oitocentos e setenta e sete mil e quinhentos euros, em relação ao orçamento de dois mil e dez.-----

----- De igual forma, constatou também um aumento nas despesas com pessoal, na ordem dos seiscentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e sessenta euros, comparativamente ao orçamento de dois mil e dez. Não deixou, no entanto, de reconhecer a necessidade de colocar pessoal em alguns serviços da Câmara Municipal.-----

----- Referindo-se aos passivos financeiros, ou seja, os juros que a Câmara Municipal paga em relação ao orçamento de dois mil e dez, no valor de cinquenta e quatro mil novecentos e cinquenta e três euros, perguntou se seriam os juros devidos pelo empréstimo do Velódromo.---

----- Entretanto, e apesar de saudar o investimento no parque escolar e também na resolução do problema do lugar de Couvelha quanto ao saneamento, disse que não poderia deixar de criticar um vazio que existe no documento quanto a investimento na distribuição de águas, uma área bastante importante, atendendo à situação caótica em que se encontra a rede e, conseqüentemente, aos perigos que a mesma pode causar à população, porque, em quase todo o concelho, começando pela nascente, é extraída através de lusalite.-----

----- A terminar, adiantou que a posição da CDU seria no sentido da abstenção, sobre a qual iria apresentar uma declaração de voto.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rafael Timóteo, do GM do PPD/PSD.-----

----- O Senhor Deputado começou por dizer que pretendia apenas manifestar a sua opinião, decorrente de uma leitura muito transversal do documento. Assim, e em termos de sentimento geral, considerou tratar-se do orçamento possível, mas, mais do que isso, disse pensar tratar-se de um orçamento inteligente.-----

----- Assim, constatou que o que via de bom no seu concelho, e mais uma vez verificava com agrado naquele orçamento, era que o concelho de Anadia parecia ter uma vela triangular, numa metáfora à navegação, porque apesar do vento soprar contra, apesar de não estarem, provavelmente, a navegar na direcção exacta que queriam, estavam a navegar no sentido



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

certo, no sentido de crescimento do concelho, de obtenção de mais-valias em áreas tão importantes como a educação. Como tal, considerou que não haveria nenhum munícipe, nem nenhum Deputado da Assembleia que se pudesse opor a um investimento como o que iriam ver na educação, que era uma grande fatia e onde era reforçado o investimento desta Câmara, que considerava um dos pilares da sociedade e que se iria reflectir, talvez, na próxima geração, num concelho melhor.-----

----- Para a sua segunda intervenção no ponto dois da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Carvalho, do GM do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por dizer que o Senhor Presidente da Câmara tinha acabado por não lhe responder à questão sobre a capacidade total de endividamento do Município, tendo ficado sem saber em que limite se encontra o Município, porque, tendo já, naquela altura, contratados onze milhões, e não sabendo qual o limite, não sabia qual a capacidade total.-----

----- Na questão da iluminação para os edifícios públicos, voltou a referir que estavam abertas as candidaturas ao programa ERSE.-----

----- Sobre os cinquenta mil euros, que o Senhor Presidente da Câmara achou pouco, disse que se olharem para a dotação total do orçamento para dois mil e onze da Acção Social, que são duzentos e vinte e dois mil euros, os cinquenta mil euros correspondem a vinte e três por cento, que é quase um quarto. A cobertura do Estádio corresponde quase a um quarto da dotação orçamental para a Acção Social, comentou. Referindo que apesar de parecer pouco, e reconhecendo que o orçamento está realmente apertado, no que foi possível, não deixou, no entanto, de constatar como certo que a Acção Social representa muito pouco no orçamento.-----

----- No que toca à localização de equipamentos, considerou que a Câmara Municipal deveria estar muito atenta porque, embora a Administração seja responsável pelas escolas, a Câmara, depois, vai ter de suportar os custos de transporte, ou de parte deles, e, portanto, era muito importante que a entidade que faz as escolas prove à Câmara que aquela é a melhor localização.-----

----- Disse, a terminar, que não queria deixar de referir que se deve dar os parabéns a quem tecnicamente elaborou aquele orçamento, porquanto o mesmo cumpre na íntegra toda a legislação vigente, todos os requisitos. Portanto, considerou que as pessoas que o elaboraram estavam de parabéns.-----

----- Também para a sua segunda intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rafael Timóteo, do GM do PPD/PSD.-----

----- Relativamente à questão apresentada pelo Senhor Deputado Sidónio Carvalho sobre a cobertura do Estádio Municipal, o Senhor Deputado esclareceu que as obras que iriam ser levadas a efeito não se limitavam à beneficiação da infra-estrutura em termos de betão, contemplarão, também, a beneficiação do Estádio em termos energéticos. Nesse âmbito, referiu que iria ser instalado um sistema solar que poderá permitir avultados ganhos económicos em termos de poupança, dos quais a Câmara, mais uma vez inteligentemente, utilizou Fundos



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disponíveis para as obras que são possíveis.-----

----- A terminar, não deixou de reconhecer que talvez se devesse investir mais no social, mas tal não é possível. Como tal, destacou o facto de as obras do Estádio serem financiadas até setenta por cento, pelo que considerou uma medida inteligente a Câmara aproveitar os Fundos que provenientes do QREN enquanto puder.-----

----- Para responder às intervenções dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Começando por responder ao Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que os Centros Escolares não tinham uma comparticipação tão elevada como o Senhor Deputado pensava, porque a forma de comparticipação difere das restantes obras, sendo atribuída pelo número de salas, algo para o equipamento e também algo para os arranjos exteriores e ultimamente, até, para o próprio terreno.-----

----- Esclareceu, ainda, que a comparticipação estava definida na lei e a Câmara deparava-se com um problema: ou aceitava as condições definidas ou não fazia. Nessa medida, informou que a Câmara teve o cuidado de aguardar algum tempo, ao contrário de outras Câmaras, até com uma situação menos favorável, e acabou por ganhar algo, viu, de um momento para o outro, a sua comparticipação aumentada de setenta para oitenta por cento.-----

----- Relativamente à questão da redução das transferências, disse não haver outra alternativa que não elaborar o orçamento de acordo com as receitas que tem.-----

----- Passou, entretanto, a referir que a Câmara Municipal não é só afectada naquela matéria. Explicou, assim, que a Câmara Municipal, em função da crise, também passará a receber menos de impostos, o que também contribuirá para arrecadar menos receitas.-----

----- Sobre a questão do aumento da despesa com pessoal, também referida pelo Senhor deputado João Morais, o Senhor Presidente referiu que a Câmara Municipal tem uma série de instalações, desde a Biblioteca, ao Cineteatro, às Piscinas, ao Velódromo, que não são geridas de forma automática, têm de lá ter pessoal. Não tendo, acrescentou, a Câmara terá de recorrer a outsourcing, pessoas a quem a Câmara terá de pagar e que, apesar de não serem funcionários da Autarquia, não deixa de entrar nas despesas com pessoal.-----

----- Relativamente à questão dos juros de cerca de cento e cinquenta e quatro mil euros da dívida da Câmara Municipal, disse tratar-se, em termos anuais, de um valor diminuto, pago trimestralmente e que tem vindo a diminuir em matéria de juros e amortização.-----

----- Passando a falar do juro do Velódromo, confirmou que o empréstimo, efectivamente, tinha sido contraído para o Velódromo. No entanto, referiu que a Câmara Municipal ainda não tinha utilizado aquele dinheiro por ter tido recursos provenientes de outro lado para o fazer. Como tal, esclareceu que a Câmara Municipal não estava a pagar juros dessa verba, por se encontrar em período de carência e por não ter sido movimentada.-----

----- Entretanto, comentou a questão levantada pelo Senhor Deputado sobre a falta de investimento na água. Discordando do Senhor Deputado, por considerar que o valor não era zero, disse que a Câmara Municipal fazia muito investimento em água: nas rupturas, nos



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ramais, e em muitos outros trabalhos que eram feitos através dos Serviços Municipalizados, residindo aí, grosso modo, a grande actividade dos Serviços Municipalizados – água e saneamento.-----

----- Assim, destacou a verba que iria ser gasta na intervenção que iria ser feita na Rua das Flores, junto do Lidl, no início do ano, verba essa que se não estivesse prevista no orçamento da Câmara Municipal, estaria no dos Serviços e, ainda, se não estivesse nem num lado nem em outro, implicaria um reforço. Referiu, ainda, que essa era uma das potencialidades de um orçamento previsional, permitir, precisamente, que fosse gasto ou mais ou menos do que estava inscrito e, também para salvaguardar algum imprevisto no financiamento de candidaturas.-----

----- No entanto, não deixou de concordar com a necessidade de substituição das redes. Mas, também adiantou que quem faz as leis tem de dotar a sua aplicação de verbas adequadas, porque se a Câmara não tiver dinheiro, ninguém a obriga a endividar.-----

----- Quanto à intenção de voto do Senhor Deputado, de abstenção, considerou que as razões apresentadas não eram suficientes, para além de não concordar com a mesma, a menos que fosse considerada numa perspectiva geral do concelho, porque a freguesia do Senhor Deputado a sua freguesia estava muito bem dotada em relação a outras (com um Velódromo, um Centro Escolar, uma remodelação da Pista, uma das primeiras a ter saneamento).-----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Sidónio Carvalho, do GM do CDS-Partido Popular, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à questão do limite ou capacidade de endividamento do Município de Anadia. E, quanto a essa matéria, depois de disponibilizar um documento ao Senhor Deputado, esclareceu que o endividamento a curto prazo se cifrava em um milhão, cento e onze mil, quatrocentos e noventa e dois euros e oitenta e seis cêntimos; o endividamento de médio e longo prazo era de onze milhões, cento e catorze mil, novecentos e vinte e oito euros e cinquenta e oito cêntimos; e o endividamento líquido em treze milhões, oitocentos e noventa e três, seiscentos e sessenta euros e setenta e três cêntimos.-----

----- Recordou, ainda, que os endividamentos eram todos autorizados pelo Tribunal de Contas, mas numa fase anterior, pelo Ministério das Finanças, que estabelecia as condicionantes, concluindo, assim, estar tudo regularizado.-----

----- Passando a comentar a questão levantada pelo Senhor Deputado sobre a rubrica da Acção Social, lembrou-o de que todas as crianças do concelho, com comprovadas dificuldades económicas, têm alimentação paga na totalidade pela Câmara Municipal, mediante o acordo feito com o Ministério da Educação e com a própria Segurança Social.-----

----- Todavia, informou que o social não era uma das maiores preocupações da Câmara Municipal porque o concelho estava muito bem representado nessa área. Sobre essa matéria, aproveitou para fazer um elogio público às IPSS's, pelo trabalho altamente meritório que desenvolvem, de grande esforço, e manifestou-se, também, disponível para prestar-lhes apoio sempre que sempre o solicitem à Câmara, nomeadamente através das verbas de apoio às



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Associações. Portanto, disse que o mal não era assim tanto e garantiu que a Câmara estava atenta e poderia, se fosse necessário reforçar a verba, recorrer à figura das revisões orçamentais que a lei prevê, para dar essa resposta.-----

----- Sobre a questão do transporte para as escolas, e dando o exemplo de Anadia, disse não ser muito significativo. No entanto, adiantou que se a Câmara quiser fazer um trabalho eficiente, tem sempre a possibilidade de criar uma rede de transportes que, inclusivamente, pode dar resposta, não só às escolas, mas, até, à população. Concluiu, então, ser algo a ponderar e a discutir em reunião de Câmara e depois de, naturalmente, ouvidos os Presidentes de Junta. De qualquer forma, reconheceu que a concordância da Câmara nem sempre era total, mas teriam de aceitar as opções tomadas.-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se mais algum Senhor Deputado pretendia intervir no período de discussão do ponto dois da ordem do dia. Não tendo havido mais solicitações para intervir no âmbito da discussão do segundo ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o seu período de discussão por encerrado e submeteu o ponto a votação, finda a qual anunciou que, por maioria, com vinte e seis votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD e dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, José Cerveira Lagoa e José Maria de Almeida Ribeiro, zero votos contra e sete abstenções, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, Manuel Maria Cardoso Leal, Lúcia Maria das Neves Pires Cerca, Rui António de Almeida Marinha e André Miguel Matos Beja Henriques, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular e do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, e com a ausência na sala do Senhor Deputado, Tiago Coelho, e da Senhora Deputada Mónica Lousado, ambos do Grupo Municipal do PS, e do Senhor Deputado César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD, a Assembleia Municipal aprovava a proposta da Câmara Municipal de Orçamento e das Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Anadia, para o ano dois mil e onze, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 2, do Artigo 3.º do RAMA.-----

----- Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do Grupo Municipal da CDU, para fazer a seguinte declaração de voto sobre a sua abstenção ao orçamento:-----

----- Considerando:-----

----- - Que este orçamento se encontra demasiado empolado, porquanto no que concerne às despesas e receitas há um aumento de um milhão, quinhentos e setenta e sete mil duzentos e treze euros;-----

----- - Que o empréstimo realizado de quatro milhões de euros trará acrescidas dificuldades, que com estes valores a Câmara aumenta o seu endividamento em dois milhões, seiscentos e setenta e sete mil duzentos e treze euros;-----

----- Por todas estas razões, que considero pouco consentâneas, declaro a minha posição, abstendo-me.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Apresentada a declaração de voto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto dois da ordem do dia e passou a apresentar o ponto três da mesma, *"Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento e das Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Anadia, para o ano dois mil e onze, de acordo com o estabelecido na alínea b) do n.º 2 do Artigo 3.º do RAMA"*.-----

----- De imediato, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução do ponto.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir tratar-se de um documento pouco extenso, porquanto a sua actividade se resume a números nada comparáveis aos da Câmara Municipal. Nessa medida, também, referiu que se tornava mais fácil de executar e mais fácil de interpretar.-----

----- Assim, disse que o documento não fugia à linha dos anteriores e adiantou que pretendia apenas referir algo que não constava do documento. Nessa conformidade, disse esperar ansiosamente que o grande projecto de saneamento, candidatado ao QREN, venha a ser aprovado, o que, então, provavelmente não se reflectirá no orçamento dos Serviços Municipalizados, mas sim no orçamento da Câmara Municipal. Acrescentou, ainda, tratar-se de um projecto de grande envergadura que não pode ser contemplado no orçamento por não haver certeza quanto à sua aprovação.-----

----- A finalizar, referiu ainda tratar-se de um orçamento igual ao da Câmara Municipal, mas pequeno, de fácil interpretação, pelo que solicitou que os números fossem bem interpretados, até melhor que os da Câmara. E, concluiu, declarando que o orçamento dos Serviços não tinha qualquer tipo de recessão, mantinha um equilíbrio com o orçamento do ano anterior, precisamente por se tratar de uma instituição prestadora de serviços, na sua essência.-----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do GM do PS.-----

----- O Senhor Deputado começou por constatar o reconhecimento, feito no documento, de que os custos com as comunicações são elevados e que não tem sido possível reduzi-los. Sobre essa matéria, o Senhor Deputado aproveitou para fazer um alerta, porque, de facto, lhe parecia serem mesmo elevados. Por outro lado, disse que a explicação dada, e que está muito baseada nas notificações aos consumidores, não lhe parecia ter inteiro cabimento, até porque a rubrica com as comunicações tem uma verba de sessenta e cinco mil euros e as notificações aos consumidores estão de certeza englobadas noutra rubrica, que tem a ver com os encargos das cobranças das receitas, que são de sessenta mil euros.-----

----- Pediu, também, para o Senhor Presidente da Câmara o esclarecer sobre alguns aspectos relacionados com as despesas correntes, nomeadamente no que se refere a intervenções programadas de reparação das redes, quer de água, quer de saneamento, porque o documento foca a existência de intervenções programadas e, de facto, não tinha conseguido vislumbrar no documento quais seriam essas intervenções. Como tal, pediu ao Senhor Presidente para o informar quais seriam essas intervenções e quais as verbas previstas para as mesmas, na



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

medida em que não tinha conseguido ver no orçamento qualquer verba adstrita a essas rubricas.-----

----- No capítulo das receitas, no que diz respeito às transferências de capital, constatou a existência de uma distribuição da verba relativa ao saneamento, com obras de saneamento de cento e trinta mil euros e com obras de saneamento da Câmara Municipal, também de cento e trinta mil euros. Pediu assim, para o Senhor Presidente da Câmara lhe explicar o por quê daquele “rachar ao meio” da verba.-----

----- Por fim, solicitou também um comentário do Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente à existência de uma verba destinada ao consumo de gasóleo, no valor de sessenta mil euros, sobre a qual tinha algumas dúvidas se seria correcta, parecendo-lhe, mesmo, um pouco exagerada.-----

----- No seguimento da intervenção do Senhor Deputado e para responder ao mesmo, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara começou por referir que a actividade dos Serviços Municipalizados, quer pelo seu equipamento, quer por outras razões, é essencialmente de prestação de serviços, sendo poucos os serviços que eventualmente realiza. E, acrescentou, quando faz alguns serviços, são mais de acompanhamento, porque quem os faz, normalmente são os trabalhadores da Câmara Municipal.-----

----- Sobre as comunicações entre o consumidor e as receitas, reconheceu que poderia haver alguma discrepância, mas tinha alguma justificação para isso. Informou, assim, que nunca houve tanta dificuldade, por parte dos munícipes, em pagar as contas como no presente, pelo que os Serviços Municipalizados tinham uma dívida, nada assustadora, mas também em nada comparável a qualquer orçamento do passado.-----

----- Ainda sobre essa questão, informou que os Serviços adoptaram várias medidas para ajudar os munícipes, desde autorizar o pagamento do valor em prestações, nos casos de rupturas, consolidadas numa metodologia própria para, de certa maneira, facilitar o pagamento, porque, reconheceu, a verdade era que tal se constatava no documento e não podia ser negado.-----

----- Relativamente às obras de saneamento, reforçou que os Serviços Municipalizados não têm equipamento nem capacidade financeira para realizar aquele tipo de obras, pelo que a sua intervenção é reduzida quase a zero. São na sua quase totalidade realizadas pela Câmara Municipal, acrescentou.-----

----- Comentando a questão dos cento e trinta mil euros de transferência da Câmara Municipal, esclareceu tratar-se do habitual encontro de contas, em termos de transferência da Câmara para os Serviços, porque eles fornecem serviços e, dentro do que é possível contabilizar, foi o número alcançado, não foi inventado. Acrescentou, ainda, que os Serviços Municipalizados prestam um serviço que não é contabilizado, até porque a contabilidade de custos ainda não funciona, pelo que foram as contas possíveis de apurar de maneira a permitir aquela



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

transferência. Concluiu, também, que em termos práticos, seria o pagamento da Câmara dos serviços de água, etc., que lhe foram prestados pelos Serviços Municipalizados.-----

----- Por fim, e relativamente à questão do gasóleo, disse que a verba de sessenta mil euros tinha de estar bem porque, ao contrário da Câmara Municipal, que tem bomba própria de gasóleo, tem uma gestão de controle da própria Câmara, os Serviços Municipalizados, também porque a frota é pequena, e porque não utilizam as instalações da Câmara, têm de recorrer, através de concurso, aos postos de abastecimento da zona.-----

----- Não tendo havido qualquer outra sinalização para intervir no âmbito do ponto três da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o seu período de discussão por encerrado e submeteu o ponto a votação. Finalizado o procedimento da votação, anunciou que, por maioria, com vinte e nove votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, do Senhor Deputado do Grupo Municipal do PS, José Cerveira Lagoa, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular e do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, zero votos contra e cinco abstenções, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, Manuel Maria Cardoso Leal, Lúcia Maria das Neves Pires Cerca, Rui António de Almeida Marinha, André Miguel Matos Beja Henriques e José Maria de Almeida Ribeiro, e com a ausência na sala do Senhor Deputado, Tiago Coelho, do Grupo Municipal do PS, a Assembleia Municipal aprovava a proposta de Orçamento e das Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Anadia, para o ano dois mil e onze, de acordo com o estabelecido na alínea b), do n.º 2, do Artigo 3.º do RAMA.-----

----- Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto três da ordem do dia e passou a apresentar o ponto quatro da mesma, *"Apresentação, discussão e votação do pedido de autorização de contratação de um empréstimo a longo prazo, proposto pela Câmara Municipal, para financiamento dos projectos co-financiados aprovados com participação de Fundos Comunitários: "Centro Escolar de Avelãs de Cima/Avelãs de Caminho", "Centro Escolar de Paredes do Bairro", "Sistema Autónomo de Saneamento de Couvelha" e "Regeneração do Centro Urbano de Anadia", de acordo com o estabelecido na alínea d) do n.º 2, do Artigo 3.º do RAMA"*.-----

----- Prontamente, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a introdução do ponto.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir não haver muito a explicar sobre o assunto, na medida em que os Senhores Deputados dispunham de toda a informação relativa à consulta efectuada às entidades bancárias e o conseqüente relatório, elaborado pela comissão designada para proceder à análise das propostas, propostas essas que se encontravam devidamente elencadas no sobredito relatório, o qual apontava para a proposta da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, por ter apresentado a proposta mais favorável, ou seja, de mais baixo valor.-----

----- Quanto à razão do empréstimo, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por lembrar que, de acordo com a lei, presentemente as Câmaras Municipais não se podiam



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

endividar. E, apesar de os Senhores Deputados terem em posse documentos que demonstravam a capacidade de endividamento da Câmara, que era grande, o certo era que a Câmara estava a ser penalizada por não ter gasto muito dinheiro. A título de informação, referiu que se o gastasse, mantinha hoje a possibilidade de pedir o dinheiro, de acordo com a lei que o determina e que faz parte do Orçamento de Estado, onde está inserido o PEC 3 e todos os outros.-----

----- Portanto, referiu que a Câmara não tinha grande alternativa, porque se queria fazer as obras tinha de ter o dinheiro. Sobre o empréstimo, referiu que o mesmo era destinado, exactamente, às obras denominadas "Centro Escolar de Avelãs de Cima/Avelãs de Caminho", "Centro Escolar de Paredes do Bairro", "Sistema Autónomo de Saneamento de Couvelha" e "Regeneração do Centro Urbano de Anadia", umas adjudicadas e a decorrer e outras em fase de adjudicação.-----

----- Explicou, ainda, que de acordo com a capacidade de endividamento da Câmara Municipal, tinha optado por aquela excepção que a lei previa e que o Orçamento de Estado já aprovado para dois mil e onze continuava a prever. Assim, considerou estarem dadas todas as explicações e não haver dúvidas relativamente àquela matéria, também reflectida na própria acta. Como a Câmara não podia fazer obras sem dinheiro, concluiu que cabia aos Senhores Deputados decidem se queriam ou não as obras.-----

----- Adiantou, também, iria adoptar o mesmo critério para as obras que se seguiriam, se fossem comparticipadas pelos Fundos Comunitários e desde que se justificasse.-----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Carvalho, do GM do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por declarar que em relação ao pedido, votaria claramente a favor, por não haver qualquer interesse em que a Câmara perca financiamentos comunitários. Além disso, lembrou que o empréstimo ainda teria de ser aprovado pelo Ministro das Finanças, o que contribuía para que estivessem todos um pouco à vontade.-----

----- De qualquer modo, disse que a sua maior preocupação era que, uma vez aprovado aquele empréstimo, e utilizado o anterior, que já existia mas que ainda não tinha sido utilizado, o encargo com juros para anos seguintes seria duplicado.-----

----- Por outro lado, reconheceu que teria de concordar com o Senhor Presidente da Câmara, até porque agora o CCP e a norma comunitária que vem com os pagamentos a trinta e a sessenta dias, levaria a que depois todos os empreiteiros comessem a pedir juros, atendendo ao período menos favorável, em que não há obras, e também que não recebem dinheiro, porque - comentou -, a crise não está em todo o lado, está porque muita gente não paga. Por conseguinte, podia ser uma situação muito crítica para a Câmara, se não pagasse a horas e os empreiteiros comessem, legalmente, porque a lei lhes permite fazer isso, a solicitar juros.-----

----- Pelas razões apresentadas, declarou que não podia, de maneira alguma, discordar com o pedido da Câmara.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU.-----

----- O Senhor Deputado passou a apresentar algumas considerações sobre o empréstimo em discussão. Começou por referir que, tendo em conta as dificuldades económicas que o País atravessa, assim como a redução nas despesas que o Governo vinha impondo ao povo português, às empresas colectivas e aos Municípios, isso também se reflectia no Município com uma grande perda na receita central.-----

----- Entretanto, aproveitou para relembrar que aquando da aprovação do empréstimo de dois milhões e quinhentos mil, a Caixa Geral de Depósitos tinha imposto, já nessa altura, como garantia do empréstimo, a retenção das receitas do Poder Central e das receitas locais.-----

----- Já para o empréstimo em discussão, constatou que tinham de facto algumas instituições financeiras que não tinham apresentado qualquer resposta, não interessando saber se estariam ou não em dificuldades económicas. No entanto, tinham sim três que tinham apresentado proposta, sendo uma delas a Caixa de Crédito, mas que emprestaria dinheiro à taxa Euribor, uma taxa variável em função do aumento do crédito a nível europeu e que também impunha como garantia as receitas locais. Nessa conformidade, manifestou alguma preocupação em aprovar o empréstimo em questão, quando todos os dias é anunciada a ruptura económica e a insolvência do País.-----

----- Não obstante, não deixou de reconhecer que se o empréstimo não for aprovado, será gerado mais desemprego e não será mesmo criado mais emprego, principalmente na região. Mas, como destacou, também tinha um compromisso e não queria assumir perante os seus munícipes aquela responsabilidade. Como tal, e uma vez que as receitas do Poder Central já estavam caucionadas e atendendo ao mapa do endividamento, que ria ser agravado com os juros, anunciou que a sua posição seria de abstenção à contratação daquele empréstimo.-----

----- Dando continuidade ao período de intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado André Henriques, do GM do PS.-----

----- O Senhor Deputado anunciou que o Grupo Municipal do PS iria votar favoravelmente a proposta, porque, como já tinha sido amplamente falado naquela sessão, existia uma série de obras em curso que todos pretendiam que tivessem seguimento. No entanto, aproveitou para deixar duas notas: o spread da operação estava longe dos spreads de há dois anos atrás, o que lhes parecia bastante razoável, atendendo à conjuntura; e, também que achavam positivo o facto de ter sido um banco nacional que ganhou a operação.-----

----- Decorridas as intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer ao Senhor Deputado Sidónio Carvalho que, independentemente do que os poderia dividir em termos políticos, a visão do Senhor Deputado era correctíssima. Aproveitou, também, para dizer que todos teriam de se responsabilizar, pelo que considerava que nenhum dos Senhores Deputados gostaria de ser acusado, no futuro, de perder uma oportunidade daquelas, porque o dinheiro estava à



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

disposição da Câmara Municipal, e assim pudesse ser sempre. Assim, congratulou-se com a posição do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular.-----

----- Relativamente à intervenção do Senhor Deputado João Morais, começou por esclarecer que a taxa Euribor, desde que foi criada, sempre funcionou da mesma maneira, a subir e a descer, não poderiam estar preocupados com isso porque era a lei dos mercados. Quanto à retenção, disse que tal só aconteceria se a Câmara não pagasse, mas também isso já assim funcionava, mesmo quando o País tinha muito dinheiro, porque não foi alterada qualquer lei.-----

----- Comentando que passa na cabeça de alguns que as pessoas podem ganhar dinheiro sem ele existir, disse ao Senhor Deputado que, qualquer dia, com a política que praticava, nem a reforma iria receber, pelo facto de ter uma desconfiança total no sistema e não acredita no futuro. Adiantando não estar preocupado com o sentido de voto do Senhor Deputado, até porque a esmagadora maioria votaria favoravelmente, disse ser bom existirem aqueles momentos para o Senhor Deputado explanar o seu sentimento e fazer entender às pessoas o que pensa do que é política. No entanto, não deixou de comentar que política é algo mais abrangente do que defender o próprio umbigo.-----

----- Referiu, ainda, que caso a situação entre em ruptura, voltava a dizer que os que mais gastaram melhor ficaram, pois, se os que gastaram, que não têm capacidade de endividamento, continuam a ter os mesmos benefícios que a Câmara de Anadia tem, então, isso não era mais do que uma visão restritiva de uma análise perfeita da situação económica do País. E isso, sim, preocupava-o, e não o facto de o Senhor Deputado se abster, concluiu.-----

----- Disse, entretanto, que lhe competia, de certa maneira, dizer que a posição do Senhor Deputado não era defensável, porque estavam em questão projectos que a Câmara Municipal poderia ver comparticipados em setenta, e em alguns, até, noventa por cento, e que depois explicaria aos munícipes de Sangalhos que não iria haver escola em Sangalhos pelo facto de o Senhor Deputado ter votado contra o orçamento.-----

----- Aproveitou, também, para explicar o critério seguido nas comparticipações das obras, nomeadamente quanto às percentagens, dando o exemplo de uma obra de quinhentos mil contos, que tem comparticipação da Europa em trezentos mil (por vezes mais ou menos), concluindo que do que não é apoiado pela Europa, a Câmara só se poderá endividar em setenta e cinco por cento, cabendo a responsabilidade à Câmara dos restantes vinte e cinco por cento.---

----- Entretanto, passou a fazer uma referência muito especial ao Senhor Deputado André Henriques, pelo facto de ter dito que se congratulava com o facto de ter sido uma instituição financeira local a apresentar a melhor proposta. Acrescentou, mesmo, ter-se tratado de uma feliz observação, pelo qual o felicitava.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra à Senhora Deputada Lúcia Araújo, do GM do PPD/PSD.-----

----- A Senhora Deputada começou por referir que, sendo de Sangalhos, compreendia perfeitamente o colega João Morais, porquanto nenhuma daquelas obras era para a freguesia de Sangalhos, eram todas para as outras freguesias. E, como tal, entendia perfeitamente a



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

abstenção, porque se fossem para Sangalhos de certeza que ele votava a favor.-----

----- Entretanto, deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara Municipal por não deixar fugir aqueles fundos e disse-lhe, também, para os aproveitar porque o concelho precisa e é sempre bom para todos.-----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU.-----

----- O Senhor Deputado começou por esclarecer não ter votado contra o orçamento, como o Senhor Presidente da Câmara tinha dito. Esclareceu, também, não ser contra as obras, mas sim favorável, mas reconheceu estar preocupado com a forma como elas iriam ser pagas.-----

----- Aproveitou, ainda, para pedir ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecer a Assembleia sobre se o Velódromo estava ou não totalmente pago. Referiu, também, que quando o empréstimo para o Velódromo foi aprovado, esteve depositado numa instituição bancária, numa altura em que o Senhor Presidente da Câmara pagava juros mais altos à Caixa Geral de Depósitos, e outras instituições bancárias, e que apanhou um grande susto. Mas teve um grande amigo, uma asa que o salvou porque senão hoje estava muito enrascado, rematou.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, entretanto, interrompeu o Senhor Deputado para o voltar a informar de que quando refere determinadas situações, ou apresenta provas à Assembleia ou não apresenta essas situações. Aproveitou, também, para lembrar o Senhor Deputado que a questão do Velódromo não estava em discussão e o Senhor Presidente da Câmara iria responder, se assim o entendesse. E adiantou tratar-se de uma questão que extravasava o que estava em discussão e, portanto, o Senhor Deputado teria de se centrar no ponto que tinha sido apresentado. Não obstante, disse que a liberdade de resposta cabia ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado César Andrade, do GM do PPD/PSD.-----

----- Na sua primeira intervenção da tarde, o Senhor Deputado começou por cumprimentar os presentes. Entretanto, disse que pretendia corrigir algo que tinha sido afirmado pela colega Lúcia Araújo. Assim, e ao contrário do que ela tinha dito, considerou que ia tudo para Sangalhos e nada para as outras freguesias, nomeadamente Avelãs de Caminho. Constatou, então, que Avelãs de Caminho tinha o posto da GNR, tinha a escola (que ia sair), tinha tudo, e deixou de ter, enquanto que para Sangalhos ia muita coisa: ia o Velódromo, ia entretanto um pavilhão novo, o pagamento das dívidas do Sangalhos Desporto Clube.-----

----- Por isso, o Senhor Deputado considerou haver uma má interpretação e disse, então, sentir-se prejudicado com o que a sua freguesia não tem e com o que Sangalhos vai ter, admitindo, mesmo, sentir-se muito revoltado quanto a esse aspecto. A concluir, reforçou que a sua freguesia estava a perder tudo, e pensava que a favor de Sangalhos, pelo que se sentia deveras prejudicada.-----

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rafael Timóteo, do GM do PPD/PSD.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Senhor Deputado começou por lembrar o seu colega que o empréstimo em discussão se destinava, também, para um Centro Escolar com a denominação Avelãs de Cima/Avelãs de Caminho.-----

----- Entretanto, disse que o que o admirava na intervenção do Senhor Deputado João Morais, como representante de um partido que apregoa que a solução não é cortar nas despesas, e que é preciso investimento público, era o facto de votar contra um empréstimo que, no fundo, vai criar mais educação, vai criar emprego, a curto prazo nas empreitadas e a longo prazo nas pessoas que vai empregar. Assim, concluiu não perceber muito bem a posição da CDU, que quer lavar as mãos da situação, não quer ter nada a ver, nem votar contra nem a favor, nem perceber se, afinal, quer ou não, mais educação e mais emprego no concelho.-----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, do GM da CDU.-----

----- Em resposta ao Senhor Deputado Rafael Timóteo, o Senhor Deputado João Morais começou por esclarecer que a sua posição na Assembleia Municipal não era partidária, era como militante a nível do concelho de Anadia e não a nível nacional, adiantando que o Comité Central toma uma posição e os militantes locais são livres de tomar outra.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interrompeu para recordar que, não se tendo ainda o Senhor Deputado tornado independente, representava um partido, pelo que deveria ser comedido nas suas afirmações.-----

----- Retomando a palavra, o Senhor Deputado afirmou que representa um partido mas as organizações regionais concelhias são autónomas na posição que tomam.-----

----- Continuando, esclareceu, também, não ser contra a educação. Referiu, também, que de acordo com recentes informações do Secretário de Estado da Educação sobre o ensino privado, e relativamente ao concelho de Anadia, o concelho tem mais oferta de instalações do que a necessidade. Concluiu, assim, estar a pôr em causa o financiamento a essas estruturas, que o Grupo Municipal da CDU continua a defender que devem ser apoiadas, e é favorável à construção de novos Centros Escolares, mas que também não pode pôr em causa os sacrifícios dos munícipes do concelho de Anadia.-----

----- Também para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rafael Timóteo, do GM do PPD/PSD.-----

----- Em resposta ao Senhor Deputado João Morais, disse, assim, perceber que o seu voto se enquadre numa óptica local. No entanto, afirmou como certo que a Câmara Municipal de Anadia se estava a financiar naquele empréstimo mais barato que o Governo se financia no estrangeiro. Para além disso, reconheceu continuar sem perceber se era mesmo o Deputado João Morais que era contra o investimento na educação e contra a criação de emprego.-----

----- Para outra intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Rui Marinha, do GM do PS.-----

----- O Senhor Deputado disse pretender realçar um facto que lhe parecia histórico: pela primeira vez tinha ouvido da boca de um elemento da CDU defender o ensino privado. Como



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

nunca tal tinha ouvido, disse tratar-se de um progresso enorme.-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Presidente da Câmara Municipal esclareceu que as obras que a Câmara manda fazer, paga aos empreiteiros a trinta dias, ou até menos. Portanto, facilmente se poderia concluir que estando terminada a obra do Velódromo está paga.-----

----- Aproveitou, ainda, para informar que na semana anterior tinha chegado equipamento para ginástica, bastante caro, financiado a setenta por cento pela Comunidade Europeia e que a Câmara já tinha pago, porque quer receber os setenta por cento. Portanto, concluiu que até o equipamento já foi pago.-----

----- Esclareceu, também, que o Presidente da Câmara Municipal gere com a sua equipa o dinheiro que tem e não é a vontade dele que determina a altura do pagamento, é uma determinação. Sabendo que pagando atempadamente a Câmara tem vantagens, por isso, vai fazendo.-----

----- A concluir, declarou não estar arrependido pelo que tinha feito, até porque em termos financeiros a Câmara tem a resposta que todos conheciam.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal, no âmbito do ponto quatro da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o seu período de discussão por encerrado e submeteu o ponto a votação. Concluída a votação, anunciou que, por maioria, com trinta e três votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS e dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, zero votos contra e uma abstenção, do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, e com a ausência na sala do Senhor Deputado, Tiago Coelho, e da Senhora Deputada, Mónica Lousado, ambos do GM do PS, a Assembleia Municipal aprovava o pedido de autorização de contratação de um empréstimo a longo prazo, proposto pela Câmara Municipal, para financiamento dos projectos co-financiados aprovados com comparticipação de Fundos Comunitários: "Centro Escolar de Avelãs de Cima/Avelãs de Caminho", "Centro Escolar de Paredes do Bairro", "Sistema Autónomo de Saneamento de Couvelha" e "Regeneração do Centro Urbano de Anadia", de acordo com o estabelecido na alínea d), do n.º 2, do Artigo 3.º do RAMA.-----

----- Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto quatro da ordem do dia e passou a apresentar o ponto cinco da mesma, "*Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, de acordo com o estabelecido no Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro*", após o que passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para promover a sua introdução.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir tratar-se de uma imposição da lei, apresentar, junto com os orçamentos, o organigrama da instituição, no caso em apreço da Câmara Municipal. Referiu, ainda, e apenas, que o da Câmara não sofreu qualquer alteração,



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pelo que se tratava de manter o que existe e que vem de anos anteriores.-----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Carvalho, do GM do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por referir que, por engraçado que parecesse, lhes estavam a ser apresentados dois documentos, um dos Serviços Municipalizados e outro da Câmara Municipal, e o dos Serviços Municipalizados cumpria a norma e o da Câmara Municipal não cumpria. Além do que, acrescentou, ambos tinham imprecisões, porque a lei não dizia que a Câmara tem de *proceder* à revisão do modelo, dizia sim que tem de *promover*. E promover é dar início ao processo, em termos de interpretação jurídica, pelo menos, do CEDOA e dos organismos que gerem este processo, adiantou, ainda, o Senhor Deputado.-----

----- Depois, constatou que, de acordo com o artigo sexto, onde estavam definidas as competências da Assembleia Municipal, não competia à Assembleia deliberar sobre o regulamento, que era o que tinha sido remetido pela Câmara Municipal aos Senhores Deputados, porque essa competência era cometida à Câmara Municipal, cabendo à Assembleia Municipal pronunciar-se, depois, sobre o número de unidades orgânicas da estrutura que a Câmara quer adoptar, sobre se é rígida, se é flexível.-----

----- Referiu, ainda, que a Câmara Municipal ao remeter apenas o regulamento, que apesar de definir a estrutura orgânica, não era o documento que deveria ser apresentado aos Senhores Deputados, e ao chamar-lhe regulamento, tinha criado outro problema: primeiro, quanto a imprecisões, porque começava logo por dizer, algures no preâmbulo, que “deve proceder”, e não era isso que a lei dizia, dizia que “deve promover”; depois, porque não definia claramente o tipo de estrutura nuclear e dos serviços, isso sim, o que a Assembleia teria de definir.-----

----- Continuando a sua explanação, o Senhor Deputado, referiu que, sendo regulamento, pecava por outras coisas: pecava, por exemplo, porque logo no artigo primeiro não era apresentada a lei habilitante, ou seja, a legislação competente que permitia fazer o regulamento, nomeadamente a lei das Autarquias Locais. Além de uma série de outras coisas, que também passou a apresentar:-----

----- O artigo segundo era de alguma forma confuso, porque não mencionava todas as competências cometidas à Câmara. Referia, apenas, que o Município tinha como missão o desenvolvimento económico e social do concelho, de forma a proporcionar a melhoria, ficando a faltar o urbanístico, o escolar, o ordenamento, que também eram cometidos à Câmara.-----

----- Já sobre o artigo quarto, disse não haver artigo algum em regulamentos, e de acordo com a técnica de execução de regulamentos, em que seja apresentado um boneco, porque tem de haver uma descrição e, o mais que poderia acontecer, acrescentou, era o boneco aparecer como anexo. Referiu, ainda, que aquele documento não dizia qual era o modelo, matéria sobre a qual a Assembleia Municipal efectivamente teria de deliberar – o modelo a adoptar pela Câmara Municipal.-----

----- Não deixou, igualmente, de referir que, em sua opinião, a Câmara Municipal, também por uma questão de segurança, porque o documento não seria publicado antes do final do ano, se



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

quisesse manter as chefias em funcionamento, podia ter dado início ao processo, à semelhança do que tinha sido feito por vários Municípios, mantendo provisoriamente as chefias. Isso, para evitar que os serviços deixassem de funcionar.-----

----- A completar, voltou a referir que o que era sempre pedido à Câmara, era apenas o tipo de estrutura que iria adoptar, o que não tinha chegado aos Senhores Deputados. O regulamento era uma competência da Câmara Municipal e extravasava a Assembleia, por isso, concluiu que o documento apresentado não cumpria o que lhes era solicitado nem o que a lei os obrigava.-----

----- De imediato, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por considerar que o documento tinha sido elaborado de acordo com o que a lei determina e que inclusivamente remetia para a lei. Para o efeito, chamou a atenção para a leitura do preâmbulo, onde são referidas exactamente as preocupações ou imprecisões adiantadas pelo Senhor Deputado Sidónio Carvalho.-----

----- Como tal, disse que não via qualquer dificuldade em manter o documento, mas também adiantou que se algo não estivesse totalmente correcto, apresentá-lo-ia de novo à Assembleia, corrigido, apesar de continuar a pensar que não, até porque a competência do regulamento era da Câmara Municipal. Assim, disse estar convicto de que o documento era mais do que suficiente para que fosse dado início ao processo.-----

----- Sem que tivesse havido lugar a mais intervenções no período de discussão do ponto cinco da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o seu período de discussão por encerrado e submeteu o ponto a votação. Concluída a votação, anunciou que, por maioria, com vinte e oito votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, José Cerveira Lagoa e José Maria de Almeida Ribeiro, e do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, dois votos contra, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e três abstenções, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, Manuel Maria Cardoso Leal, Lúcia Maria das Neves Pires Cerca e Rui António de Almeida Marinha, e com a ausência na sala do Senhor Deputado, Tiago Coelho, e da Senhora Deputada, Mónica Lousado, ambos do GM do PS, a Assembleia Municipal aprovava a proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, de acordo com o estabelecido no Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.-----

----- Subsequentemente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aquele ponto cinco da ordem do dia encerrado.-----

----- Prontamente, deu entrada no ponto seis da ordem do dia, *"Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de revisão da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipalizados de Anadia, de acordo com o estabelecido no Artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro"*, após o que passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para proceder à introdução do ponto.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que a proposta entretanto apresentada tinha realmente uma alteração, na questão nuclear dos próprios Serviços. Adiantou, ainda, que



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tinham sido, de certa maneira, reduzidas as secções, de onze para sete, porque tinha havido uma redução de pessoal bastante grande e a estrutura não comportava, em termos legais não podia ter tantas secções. Concluiu, referindo que o problema era idêntico ao da Câmara Municipal, apresentado de outra forma, era certo, porque tinham sido outros serviços a apresentá-lo.-----

----- Para uma primeira intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Carvalho, do GM do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por referir que a proposta do Serviços Municipalizados lhe parecia muito mais correcta, e elaborada de acordo com o que devia ser presente à Assembleia Municipal, porque a Assembleia não teria de votar o regulamento, deveria votar a proposta. E a proposta cumpria claramente o que lhes era imposto no artigo sexto da legislação referida, com algumas imprecisões de pequena monta, como era caso de nem se copiar bem a lei, porque dizia que os Municípios devem proceder, e a lei diz, devem promover. Juridicamente era completamente diferente, concluiu, ainda.-----

----- Entretanto, referiu que se efectivamente iam votar a proposta, era claramente competência da Assembleia Municipal. Já o regulamento, acrescentou, era competência do serviço, sendo que continuava a faltar, também, a lei habilitante, o que iria gerar a inconstitucionalidade do regulamento. Isso, porque não era referida a legislação que lhe permitia fazer o regulamento, imprescindível na elaboração de qualquer regulamento, ou de qualquer lei, porque era o que permitia fazer aquela lei.-----

----- De qualquer modo, disse que lhe parecia que poderiam votar e que lhe parecia, também, melhor organizado, pois denotava que tinha havido mais cuidado a fazer o documento.-----

----- Não tendo havido sinalização para qualquer outra intervenção no âmbito do ponto seis da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o seu período de discussão por encerrado e submeteu o ponto a votação. Concluída a votação, anunciou que, por maioria, com vinte e nove votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, José Cerveira Lagoa e José Maria de Almeida Ribeiro, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, zero votos contra e três abstenções, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, Manuel Maria Cardoso Leal, Lúcia Maria das Neves Pires Cerca e Rui António de Almeida Marinha, e com a ausência na sala dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, Tiago Coelho, André Henriques e Mónica Lousado, e da Senhora Deputada do Grupo Municipal do PPD/PSD, Jennifer Pereira, a Assembleia Municipal aprovava a proposta da Câmara Municipal de revisão da Estrutura Orgânica dos Serviços Municipalizados de Anadia, de acordo com o estabelecido no Artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.-----

----- Decorrida a votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado o ponto seis da ordem do dia e passou a apresentar o ponto sete da mesma, *“Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de emissão de declaração de*



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*reconhecimento do interesse da operação urbanística, sita em Famalicão, a que respeita o alvará de loteamento n.º 1/2009, emitido em nome de Carlos Rosmaninho Cerveira, para colmatar correctamente o tecido do aglomerado urbano existente, conforme estabelecido no n.º 3, do Artigo 6.º, do Regulamento do Plano Director Municipal de Anadia”, após o que passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para proceder à sua introdução.*-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dizer tratar-se de um assunto semelhante a outros que já tinham sido apresentados à Assembleia. Explicou, assim, estar, no fundo, concebido no próprio PDM, através de uma revisão que foi feita, tratando-se de um espaço que deixou de ser exclusivamente de utilização para equipamentos, mas que podia ser, desde que a Assembleia Municipal definisse o interesse, utilizado para habitação do respectivo proprietário.

----- Nessa medida, e precisamente para legalizar a situação, sobre a qual a Câmara Municipal informou a própria Comissão de Coordenação, a Câmara estava a apresentar à Assembleia Municipal aquele tipo de pedido.

----- Apesar de considerar que o pedido estava devidamente documentado, acrescentou que se tratava de um terreno localizado junto à escola de Famalicão, que estava reservado em parte para equipamentos, o que não se justifica porque a escola, inclusivamente, irá ser eventualmente transformada num outro tipo de estabelecimento. Portanto, considerou que nada obstava a que esta Assembleia defendesse o interesse do munícipe em causa, por precisar, por se tratar de um terreno seu e porque não poderia estar ali continuamente impedido de desenvolver o respectivo loteamento.

----- Considerando que o pedido estava devidamente organizado, com o adequado parecer, de acordo com o que era determinado pelo regulamento para aqueles casos, propôs, assim, que a Assembleia se pronunciasse favoravelmente sobre a questão.

----- No período destinado à discussão do ponto sete da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Carvalho, do GM do CDS-Partido Popular.

----- O Senhor Deputado começou por declarar que nada o movia contra aquele processo, adiantando considerar mesmo bastante o requerente. De qualquer modo, disse tratar-se de um processo com vários vícios, tendo passado a apresentá-los.

----- Assim, disse que o processo começa por ser apresentado sem cumprir a actual portaria n.º 216-B/2008, e nem sequer o alvará de loteamento refere que a mesma foi cumprida, no que se refere às áreas de cedência. Referiu, no entanto, que o loteamento não pecava apenas por aquilo, pecava por outras razões, porque o que era referido no alvará era que tinham sido feitas cedências para arruamentos, para passeios, mas foram esquecidos os espaços de cedência obrigatória para equipamentos e espaços verdes, o que corresponderia a trezentos e tal metros quadrados. Acrescentou, mesmo que, se calhar, a Câmara não teria aquele problema, se na altura da análise do processo isso tivesse sido contemplado.

----- Passou, então, a constatar que os espaços verdes são vinte e oito metros quadrados por



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fogo, os espaços de utilização colectiva são trinta e cinco metros quadrados, portanto, havia no processo uma cedência obrigatória, que poderia acontecer em terreno ou poderia ser paga em espécie. No entanto, como não era feita qualquer referência no alvará, via-se obrigado a dizer que tal não tinha sido cumprido. Por conseguinte, considerou existir um outro problema para resolver, porque a CCDR só se estava a pronunciar sobre a parte de ordenamento, não se estava a pronunciar sobre a parte da forma do loteamento.-----

----- Depois de tudo aquilo, disse que gostaria de saber se tinha sido feita alguma coisa, se tinha sido cumprido o regime jurídico da edificação e da urbanização, que era bem claro, relativamente às falsas declarações que tinham sido prestadas para o loteamento ser aprovado. Porque, adiantou, algum técnico teve de declarar que estava conforme. Perguntou, mesmo, se tinha sido comunicado à ordem profissional que o técnico tinha feito declarações falsas, porque era obrigatório. E rematou, dizendo que não sabia se tinha sido comunicado, porque também não era feita qualquer referência no processo.-----

----- Continuando, constatou que o parecer dizia que a CCDR pediu esclarecimentos, em dois tempos diferentes, e a Câmara respondeu a metade: primeiro, pediu para apresentar as medidas adoptadas e a respectiva calendarização, sendo que o que aparecia no parecer era só um documento com medidas adoptadas e sem calendarização; depois, solicitou o envio à Assembleia Municipal para tentar resolver o problema. Mas depois, passou a ler o que era referenciado mais à frente no documento da Câmara que fazia a análise, e que considerou algo engraçadíssimo: "(...) a operação urbanística para a correcta colmatação do tecido do aglomerado urbano existente, em virtude do prédio objecto do pedido, para além de se localizar na maior parte, nas categorias de espaço urbano, "Área urbana actual", "Zona de expansão da área urbana actual", e uma pequena parte (...)". Sobre a questão de uma pequena parte, disse que essa pequena parte correspondia a vinte por cento, ou seja, mil e quinhentos metros quadrados localizados em área de equipamentos e, se o terreno tinha seis mil, tratava-se de vinte por cento de área em equipamentos. E, concluiu, quando o terreno foi adquirido, já se sabia que ele estava em equipamento, porque o PDM já estava em vigor.-----

----- Depois, quanto à cedência dos cinquenta metros, disse configurar, claramente, uma falha do técnico que analisa e uma falha do técnico que elabora o projecto, este último que sabe que não pode ir além dos cinquenta metros. Por isso, perguntou se foi cumprido o regulamento jurídico, porque estava em causa um quinto do total do terreno, que não era assim tão pouco.--

----- Sobre a afirmação "(...) uma correcta colmatação, a rua é só constituída por moradias (...)", disse também não corresponder à verdade, na medida em que lá se encontra localizado um equipamento, é claro, e por isso estava a ser pedido à Assembleia Municipal para libertar aquele espaço. Como tal, adiantou que não se poderia dizer que lá existiam só moradias que não era verdade.-----

----- Constatou, ainda, não existir qualquer justificação para o reconhecimento do interesse por parte da Assembleia, dizia apenas que deveria ser reconhecido. Então, o Senhor Deputado perguntou: mas por quê? O equipamento vai ser desactivado? Não carece de ampliação? No



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

futuro a Câmara quer vender aquilo para habitação? Por quê? Concluiu, ainda, que não havendo fundamentação, isso gerava outra vez nulidade, voltava a ser nulo, e gerava, também, a anulabilidade da deliberação da Câmara, o que era ainda mais grave, porque de acordo com a nova legislação, tal incorria, mais tarde, em crime urbanístico.-----

----- Por considerar não haver interesse algum, da parte da Câmara, em ser conhecida por essa ou por outras razões, adiantou, então, que seria melhor começar a atalhar caminho, porque ainda havia coisas a fazer. Acrescentou, ainda, que não lhe parecia que a proposta estivesse em condições de ser votada, na medida em que não apresentava, em lado algum, o motivo de interesse, que era necessário que fosse dito, que fosse claro, para depois não ser anulável.-----

----- Referiu, também, que a própria acta da Câmara dizia que o Chefe de Divisão considerava ser exclusivamente habitacional. Então, voltou a perguntar, se lhe estavam a dizer que era só habitacional, para quê pedir aquilo? Se era só habitacional, não era preciso pedir. E declarou, em conclusão, que só não queria votar um documento anulável e ser depois acusado de o ter feito.-----

----- Perante o exposto, disse que gostava que o Senhor Presidente desse mais alguns esclarecimentos ao pedido em discussão, nomeadamente quanto ao cumprimento da Portaria, porque, se não, ele já carecia de vício de forma logo no início, o que o tornava, à partida, logo anulável. Portanto, não sendo esse problema, disse que iria surgir outro, porque, tendo conhecimento do que estava a ser apresentado, era obrigado a cumprir o artigo sessenta do Regulamento Jurídico. Obrigação, aliás, a que estavam todos os Senhores Deputado sujeitos, acrescentou, ainda, porque a partir do momento em que tivessem conhecimento de alguma irregularidade, eram obrigados a comunicá-la a quem de direito, às entidades administrativas.--

----- A finalizar, considerou que o processo carecia de mais amadurecimento. E, como era possível justificar, declarou não ter nada contra. No entanto, reforçou que era necessário a existência de uma justificação clara, que não os levasse a anular o que iriam fazer.-----

----- Para responder à intervenção do Senhor Deputado Sidónio Carvalho, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por apresentar o que disse ser a raiz do problema: o Senhor Engenheiro Sidónio foi o mentor do actual PDM. Disse, assim, que estavam a ser vítimas de uma decisão de um trabalho anacrónico, que era o PDM de Anadia, que tinha sido feito pelo Senhor Engenheiro Sidónio, a mesma pessoa que agora estava com medo de irregularidades, quando, no âmbito do trabalho desenvolvido pela equipa do PDM, criou espaços colectivos (destinados, por exemplo, a um centro cultural, a uma escola, a uma área de equipamentos) nos terrenos de particulares, o que até é anticonstitucional, comentou. Explicou, então, que os munícipes veriam os seus terrenos, os seus quintais, condicionados, por força da inclusão no PDM daqueles espaços, ficando, conseqüentemente, impedidos de vender. Acrescentou, ainda, que como a Câmara na altura não tinha dinheiro, não comprou nada a ninguém, até porque também não podia comprar para um equipamento que não tinha programado.-----



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Entretanto, esclareceu não haver irregularidades no processo, até porque o que para o Senhor Deputado não teria interesse, poderia ter para outra pessoa, como ele próprio, que considerava que o interesse municipal era construir quanto mais casas melhor. Adiantou, também, que o melhor interesse seria não ver um jovem cidadão do seu concelho ir para o concelho vizinho por oferecer melhores condições, uma vez que no seu concelho estava infelizmente impedido por um PDM, elaborado pelo Senhor Deputado e que ainda se encontrava em vigor.-----

----- Continuando, constatou que a própria lei tinha alterado, tudo mudava, menos o Senhor Deputado que continuava a ter a mesma teimosia de defender uma obra que prejudicou centenas de pessoas. E, parafraseando o Senhor Deputado, quando disse que a Câmara de Anadia tinha milhares de casas por licenciar, perguntou de quem seria a culpa e quantas o Senhor Deputado tinha aprovado, ou mandado aprovar nos serviços, e que estão isoladíssimas, antes de o Senhor Deputado ver o PDM aprovado.-----

----- De seguida, manifestou a sua confiança nos técnicos da Câmara Municipal e disse que os Senhores Deputados tinham em sua posse uma informação clara, relativamente à qual não tinha motivos para duvidar, e que tinha sido elaborada por um Técnico da Câmara Municipal, que nem foi o que informou o projecto.-----

----- Comentou, entretanto, que quando o Senhor Deputado diz não haver interesse público, diz-lo porque provavelmente não estará em causa nenhum amigo seu que precisa de lá construir, porque se estivesse, se calhar já veria interesse público.-----

----- A concluir, disse que o Senhor Deputado tinha um passado, na questão do PDM, que não podia justificar, dando o exemplo de uma quinta na Moita, que o Senhor Deputado tinha dado de mão beijada a um latifundiário para construir tudo o que quisesse, que até à data ainda não tinha feito nada, mas que lhe garantia esse direito. Já aqueles jovens e as pessoas da Moita nem uma casa num cantinho poderiam construir, porque nem isso lhes libertou, a Reserva Ecológica o que fizeram, que se apresenta tipo um capacete.-----

----- Para exercer o direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio Carvalho, do GM do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por dizer já ter sido a segunda ou terceira vez que o Senhor Presidente da Câmara Municipal lhe tentava imputar responsabilidades e não pretendia fugir das que tinha. Entretanto, passou a apresentar alguns pontos, no exercício do seu direito de resposta.-----

----- Ponto um, constatou que a Câmara quando fez o PDM tinha um consultor externo a quem pagou, como o Senhor Presidente sabia, e esse consultor era um Professor Universitário intocável, o Professor Lusitano dos Santos, conhecido a nível nacional como um dos melhores urbanistas portugueses. Portanto, o Senhor Presidente da Câmara que não lhe viesse dizer que todas aquelas coisas tinham sido feitas e que o Senhor Professor Lusitano deixava riscar ali o que lhe apetecia. Tal não correspondia à verdade, concluiu. E, por conseguinte, considerou que o Senhor Presidente da Câmara deveria ser um pouco mais contido e não lhe devia imputar



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

essa responsabilidade, além do que o PDM tinha sido aprovado por todas as entidades a nível nacional. E, mais. Poderia dizer, e o Senhor Presidente da Câmara poderia perguntar à DGOTDU, que o PDM foi considerado dos cinco melhores Planos nacionais, por alguma razão.---

----- Depois, em relação ao Técnicos, referiu que os Técnicos que o Senhor Presidente tinha agora eram os Técnicos que tinham feito o Plano: o Dr. Jaime Maia foi responsável pela Carta da Reserva Ecológica; o Arquitecto Adelino Neves, que considera um bom Arquitecto, não dizia o contrário, tinha vindo trabalhar para a Câmara Municipal nessa altura.-----

----- Entretanto, esclareceu que o que tinha dito no seu documento era que iam trilhar outra vez o requerente, e que isso não queria fazer. E dizia que iam trilhar o requerente porque não estava claramente definido qual o interesse municipal, só dizia que era para interesse municipal, mas era preciso dizer por quê, para não ser nulo. Era tão só o que pretendia.-----

----- Sobre o que tinha dito o Senhor Presidente da Câmara Municipal relativamente a quintas e quintais, esclareceu que alguém lhe tinha dado ordens para o fazer, até porque não traçava tudo sozinho. Além do que, acrescentou, os equipamentos tinham de ficar em algum lado e, se o Senhor Presidente da Câmara fosse ver a lei à altura, a mesma determinava que era obrigatório em cada equipamento deixar uma reserva de expansão. E foi o que se fez, cumpriu-se a lei, disse ainda.-----

----- Entretanto, reconheceu que efectivamente a legislação abriu muito, mas abriu depois do PDM aprovado, porque na altura era obrigatório fazer o Plano naquele prazo. Além disso, lembrou o Senhor Presidente da Câmara, que também tinha tido a oportunidade de acompanhar a equipa, pelo que sabia muito bem, que quando fizeram o Plano, e se calhar mais nenhuma equipa técnica o tinha feito, andaram com todos os Presidentes de Junta no terreno.-----

----- Acrescentou, também, que se não houve mais, foi porque as pessoas não se interessaram pelo processo, porque achavam que ia dar em nada. Considerou, mesmo, que não tinha havido interesse na altura, porque a equipa técnica visitou todos os lugares do concelho, andou seis meses a pé a percorrer todo o concelho e falou com todos os Presidentes de Junta e todos deram as suas opiniões, e só não foi aceite, e retirado da Reserva Agrícola e da Reserva Ecológica, o que a Administração Central não aceitou.-----

----- Destacou, também, a importância de perceberem em que enquadramento é que foi feito o PDM na altura e o actual enquadramento. Porque, lembrou, o PDM tem quinze anos e, presentemente, o Senhor Presidente da Câmara, que tem um Plano que não está eficaz mas que até está disponível on-line, depara-se com um problema, que ainda há pouco tempo veio pedir à Assembleia para declarar de interesse público o local onde pretende fazer a pista de BMX, e aquilo tem meia dúzia de dias.-----

----- Voltou, assim, a declarar que pretendia evitar que o requerente do processo, até porque o respeita muito, viesse a ter problemas já a seguir.-----

----- No entanto, reforçou, uma vez mais, que não poderia deixar de constatar que a portaria não tinha sido cumprida, portanto, o loteamento já tinha pecado à partida. Porque, lembrou, ele poderia dizer que pretendia o terreno e a Câmara cobrava o valor da taxa, que tem definido por



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

metro quadrado, não havendo, assim, lugar a cedência. Agora, como no alvará não constava qualquer referência a isso, adiantou que o requerente iria ter problemas a seguir.-----

----- Apesar disso, voltou a referir que, em sua opinião, o problema mais grave residia no facto de não estar definido, em lado algum, o motivo do pedido de declaração, adiantando, mesmo, que a Assembleia não resolveria nada com isso.-----

----- No seguimento, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, pegando nas palavras do Senhor Deputado, que tinha consultado todos os Presidentes de Junta e que ninguém sabia nada disso, esclareceu que todos os elementos da equipa que fez o PDM, da qual ele fazia parte, como Técnico Superior responsável por jovens profissionais que tinha nomeado, assim como o consultor, que era o Senhor Professor Lusitano Santos, todos eles sabiam que o mesmo tinha sido feito cumprindo as regras. No entanto, questionava como tinham sido cumpridas as regras no processo do edifício Borboleta, na Curia, construído mesmo em cima do rio, motivo que tantas vezes o tinha levado a responder em Tribunal. Provavelmente, porque na altura havia interesses de todas aquelas pessoas. Aproveitou, assim, para esclarecer que, presentemente, o interesse da Câmara é servir o público, os munícipes.-----

----- Entretanto, esclareceu, também, que a carta da Reserva Ecológica tinha sido feita depois dos perímetros urbanos, na altura em que puseram o tal capacete de que tinha falado na sua anterior intervenção.-----

----- Continuando, lembrou, então, o Senhor Deputado que, de acordo com as suas competências, ele era o principal responsável pelo PDM na Câmara, porque era aquele que directamente lidava com o Senhor Presidente da Câmara. E, como tal, no cumprimento da sua atribuição de Técnico, deveria dizer o que estava mal no processo, que, entretanto, reconhece estar mal, dizendo tratar-se de imposições.-----

----- Nesse âmbito, apontou alguns casos que considera exemplificativos de situações de manifesto interesse particular, nomeadamente na quinta do Paço, em Grada, no Borboleta, em Mogofores, perguntando, assim, ao Senhor Deputado por que motivo, naqueles casos, não se preocupou em dizer que essa tal expansão urbana não os abrangeria. Exortou, mesmo, os Senhores Deputados a verificarem aqueles casos, de grandes equipamentos, comparando, depois, com o que resta para fazer.-----

----- Constatou, ainda, que aquela equipa técnica de então, que tinha sido autora de um dos cinco melhores PDM's do País, tinha ido às casas existentes e tinha feito um risco mesmo encostado às casas, de Reserva Ecológica e/ou Agrícola, não dando sequer a possibilidade ao proprietário de fazer uma arrumação ou uma garagem para um carro.-----

----- A finalizar, declarou que a proposta se mantinha. Estava subscrita por Técnicos da Câmara Municipal, e era naqueles termos que seria submetida a votação, declarando que assumiria a responsabilidade com os Técnicos do que estivesse mal e, se estivesse, emendariam. Mas não deixou de comentar que chamar interesse municipal para o Senhor Deputado era, na sua



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

opinião, quando se referia a interesses de alguém, porque quando era do público em geral, já não era interesse municipal.-----

----- Para voltar a usar do direito de resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado Sidónio carvalho, do GM do CDS-Partido Popular.-----

----- O Senhor Deputado começou por dizer que o Senhor Presidente da Câmara Municipal tinha o hábito de falar em algumas coisas que devem constituir alguma pedra no sapato, relativamente às quais nada tinha a ver.-----

----- Entretanto, passou a esclarecer que o Borboleta, na altura, já estava construído há muito tempo, porque se reparasse na carta do PDM, já lá estava.-----

----- Em relação aos outros casos apresentados pelo Senhor Presidente da Câmara, disse tratar-se de regras. Aliás, acrescentou que na altura que o Senhor Presidente da Câmara fez aquela apresentação à Assembleia, tinha feito um requerimento a solicitar as actas da elaboração do PDM para lhe mostrar onde estava escrito e quais eram as regras, actas que até àquela data não lhe tinha sido cedidas, assim como também tinha pedido a última acta de negociação do PDM que está em vigor, que de igual modo não lhe tinha sido cedida, e já estavam volvidos meses.-----

----- Portanto, disse que podia esconder tudo o que quisesse, enquanto quisesse. No entanto, quando lhe apresentasse documentos, o Senhor Presidente da Câmara não poderia voltar a dizer aquilo, com o que, aliás, adiantou tê-lo ofendido pessoalmente.-----

----- Quanto aos equipamentos, referiu que se houvesse gestão urbanística, estavam todos resolvidos, porque o dinheiro das licenças é precisamente para pagar os equipamentos a preço justo. E, considerou, mesmo, que a Câmara já podia ser proprietária dos equipamentos, mas optou por comprar outras coisas que não áreas de equipamento. Tal, acrescentou, consubstanciava uma opção política, que tinha de ser assumida pelo Senhor Presidente da Câmara e não por ele.-----

----- A finalizar, comentou que decorridos quinze anos, quando o Plano tinha de ser revisto ao fim de cinco anos, já chegava de continuar a bater na mesma tecla.-----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse ao Senhor Deputado Sidónio Carvalho que teria de provar que tinha apresentado à Mesa requerimentos a solicitar a cedência de documentos. Logo após, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder ao Senhor Deputado.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, para melhor esclarecer a questão, deu a conhecer que o pedido em discussão naquela sessão se inseria numa informação do Chefe de Divisão Sub-Regional de Aveiro da CCDR que solicitava à Câmara Municipal o seguinte, e que passou a ler: "(...) os espaços classificados em zona de expansão sujeitos a plano de pormenor, destinam-se à localização, implantação de actividades, funções, instalações com fins habitacionais, comerciais, de serviços e urbanos em geral, incluindo equipamentos de acção colectiva pública, cujas regras e parâmetros devem obedecer ao n.º 5 do Artigo 7.º. Os espaços classificados como "zona de equipamentos colectivos, parques, largos e jardins" destinam-se,



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

preferencialmente, à localização, protecção e implantação de equipamentos, incluindo áreas verdes, de utilização colectiva, de iniciativa pública ou privada. Nos espaços afectos a parques, largos e jardins, apenas poderá ser permitida a construção de mobiliário urbano e edifícios de apoio às actividades de recreio e lazer. Nos espaços afectos a equipamentos colectivos, inseridos em espaço urbano ou urbanizável, poderá ser permitida a construção de edifícios do tipo predominantemente habitacional, desde que demonstrado o seu interesse para colmatar correctamente o tecido do aglomerado urbano existente, reconhecido pela Assembleia Municipal sob proposta da Câmara. (...)”.

-----  
----- Reforçou, então, ser aquilo o que a CCDR pedia à Câmara Municipal, relativamente ao que pensava não haver qualquer dúvida, e ser, também, o que pretendia ver aprovado pela Assembleia Municipal. Destacou, ainda, ser também o que constava da proposta apresentada pela Câmara Municipal, para reconhecimento do interesse da operação urbanística para colmatar correctamente o tecido do aglomerado urbano existente, e não, como o Senhor Deputado estava a fazer passar, o reconhecimento do interesse público. Assim, concluiu que a Câmara tinha de dar resposta àquela Divisão Sub-Regional, pelo que cabia ao Senhor Deputado decidir o seu sentido de resposta.

----- A terminar, esclareceu que o Presidente da Câmara nunca apresentaria qualquer assunto à Assembleia Municipal para enganar os Senhores Deputados, por quem tinha muito respeito, assim como também pelo Senhor Deputado Sidónio Carvalho, a quem não tinha qualquer intenção de ofender. Disse, sim, estar desagrado com a atitude do Senhor Deputado, mas quanto a ofendê-lo seria incapaz de o fazer. E disse, ainda, que se o tinha ofendido, lhe pedia desculpa.

----- Esgotado o período de discussão do ponto sete da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou de imediato à sua votação. Decorrida a votação, anunciou que, por maioria, com vinte e nove votos a favor, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PPD/PSD, dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, e do Senhor Deputado do Grupo Municipal da CDU, dois votos contra dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do CDS-Partido Popular, e uma abstenção, do Senhor Deputado do Grupo Municipal do PPD/PSD, César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, e com a ausência na sala dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, Tiago Coelho, André Henriques e Mónica Lousado, e a Senhora Deputada do Grupo Municipal do PPD/PSD, Jennifer Pereira, a Assembleia Municipal aprovava a proposta da Câmara Municipal de Anadia de emissão de declaração de reconhecimento do interesse da operação urbanística, sita em Famalicão, a que respeita o alvará de loteamento n.º 1/2009, emitido em nome de Carlos Rosmaninho Cerveira, para colmatar correctamente o tecido do aglomerado urbano existente, conforme estabelecido no n.º 3, do Artigo 6.º, do Regulamento do Plano Director Municipal de Anadia.

----- Relativamente a este ponto, foi apresentada, pelo GM do CDS-Partido Popular, uma declaração de voto de vencido com o seguinte teor: “O Grupo Municipal do CDS/PP - Anadia, relativamente ao ponto 7 da ordem do dia, quer fazer constar da acta o seu voto de vencido



## MUNICÍPIO DE ANADIA

### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

pelas seguintes razões:-----

----- Qualquer decisão que se venha a tomar, no sentido de viabilizar o que solicitado à Assembleia, gerará nulabilidade/anulabilidade da deliberação, uma vez que em nenhum documento presente à Assembleia é demonstrado o interesse da operação urbanística.-----

----- Acresce que não consta quer do alvará emitido, quer das peças presentes, o cumprimento da Portaria n.º 216-B/2008, de 3 de Março, no que se refere a espaços verdes de utilização colectiva e a equipamentos de utilização colectiva.”-----

----- Subsequentemente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aquele ponto sete da ordem do dia encerrado.-----

----- Entretanto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, antes de passar ao período de intervenção do público, deu a conhecer ao Plenário da existência de uma proposta do Grupo Municipal do PPD/PSD, de acordo com a alínea a), do número um do Artigo vinte do RAMA, de aprovação em minuta dos pontos dois, três, quatro, cinco, seis e sete da ordem do dia. Desde logo, passou à sua votação, concluída a qual, anunciou que a proposta do Grupo Municipal do PPD/PSD tinha sido aprovada por unanimidade, com trinta e dois votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, e com a ausência na sala dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PS, Tiago Coelho, André Henriques e Mónica Lousado, e a Senhora Deputada do Grupo Municipal do PPD/PSD, Jennifer Pereira.-----

----- Prontamente, deu por encerrado o período da ordem do dia e passou ao período de intervenção do público, nos termos do Artigo 36.º do RAMA.-----

----- Nesse período, deu a conhecer que tinha sido manifestada a intenção de intervir por parte da cidadã Maria do Céu Anjos Simões Hall Castelo Branco, a quem, desde logo, concedeu a palavra.-----

----- A cidadã formalizou, então, a intervenção que se passa a tentar transcrever na íntegra: “Boa noite, Senhor Presidente da Assembleia. Boa noite, Senhores Deputados Municipais. Senhor Presidente da Câmara. Senhores Vereadores. Comunicação social e público presente. O ensino particular e cooperativo está institucionalizado há cerca de três décadas e o Estado tem apoiado financeiramente estes centros educativos que acolhem milhares de alunos de norte a sul do País.-----

----- Estas instituições são também ensino público e as famílias devem ter a liberdade de escolha sobre o tipo de ensino que querem para os seus filhos.-----

----- Como cidadã, aproveito este momento da Assembleia Municipal para dar ênfase e enaltecer o papel das instituições de ensino particular e cooperativo deste concelho.-----

----- Destaco dois centros educativos: o Colégio Nossa Senhora da Assunção, em Famalicão, cujas raízes remontam no concelho há mais de oitenta anos e que, presentemente, acolhe cerca de oitocentas e cinquenta crianças e jovens. E o Instituto Salesiano de São João Bosco, de Mogofores, no concelho desde Setembro de mil novecentos e trinta e oito, e que acolhe, actualmente, no Colégio Salesiano de São João Bosco, cerca de duzentos e cinquenta e seis estudantes.-----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Em suma, estes dois centros educativos dão respostas educativas e formativas a mil cento e seis alunos.-----

----- O Governo, ao propor o fim dos contratos de associação, em vigor ao longo de três décadas, põe em causa, não só a sua continuidade, mas também um conjunto de respostas educativas e formativas que têm servido, também, populações carenciadas e têm colmatado a ausência da oferta da escola pública, propriamente dita.-----

----- De lembrar os consequentes prejuízos que esta decisão poderá acarretar, para os alunos, para as suas famílias, para os professores, funcionários, auxiliares e para a própria comunidade.-----

----- Ciente da importância que estas instituições têm para a qualidade do ensino e para o bem-estar da sociedade em geral, e para a comunidade do concelho, em particular, não posso ficar indiferente a mais este flagelo, imposto pela desgovernança de Portugal, pelo que gostaria que este Executivo diligencie no sentido de que estes dois centros educativos do concelho continuem a prestar o serviço que têm efectuado até à presente data. Muito boa noite e muito obrigada.”--

----- Não tendo sido colocada qualquer questão, nem à Mesa da Assembleia, nem ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal considerou não haver lugar a qualquer tipo de resposta à intervenção da cidadã.-----

----- Assim, não existindo qualquer outro pedido para intervir naquele período de intervenção do público, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu o mesmo por encerrado e aproveitou para, em seu nome pessoal, e em nome da Mesa da Assembleia, desejar a todos um óptimo Natal e um próspero dois mil e onze e para desejar, igualmente, que as instituições que representavam pudessem ter sempre a capacidade para, dentro do seu discernimento, continuar a decidir pelo bem do concelho de Anadia.-----

----- Entretanto, disse que pretendia dar voz ao Centro Social Maria Auxiliadora de Mogofores, que amavelmente tinha solicitado a possibilidade de trazer as suas vozes naquele Natal, a quem, desde logo, agradeceu a presença.-----

----- Não deixou, também, de manifestar a sua intenção, em nome da Assembleia, de que não ficassem com a ideia de que os Senhores Deputados eram muito barulhentos, porque a política era assim mesmo, discutia-se com as ideias. Acrescentou, ainda, que não discutiam para ferir alguém, nem tão pouco para que alguém saísse magoado. Mas discutiam, e bem, nas ideias.-----

----- Antes, ainda, de dar voz ao Centro Social, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para, também ele, dirigir uma palavras à Assembleia Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal reforçou a ideia de que a Assembleia Municipal era uma casa onde se discutia acaloradamente os assuntos, e onde aqueles que tinham razão tentavam demonstrá-la.-----

----- Entretanto, pediu desculpa ao Centro Social Maria Auxiliadora de Mogofores, e em especial a quem tinha crianças, pelo facto de a discussão se ter alongado um pouco e por não merecerem aquele castigo.-----

----- Aproveitou, igualmente, para desejar a todos os Deputados Municipais, ao Senhor



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Assembleia Municipal, à Mesa, aos Senhores Vereadores, um próspero Natal e, uma vez que já não voltariam a reunir naquele ano, nem Câmara nem Assembleia, também umas boas entradas, que era sinceramente o que também desejava para si próprio.-----

----- Aos elementos do Centro Social Maria Auxiliadora de Mogofores, desejou, também, um projecto de felicidade, de satisfação e que a Instituição que representavam continue a ter o sucesso que vem tendo. A finalizar agradeceu a presença do Centro e desejou-lhes um Bom Natal e um Ano Novo feliz.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu, ainda, que a presença daquelas pessoas do Centro Social Maria Auxiliadora de Mogofores tinha uma finalidade. Considerando que as IPSS's são um parceiro essencial para o funcionamento da educação do concelho, e que, como todas as instituições, têm as suas dificuldades, lançou um repto aos Senhores membros da Assembleia para, quando recebessem as senhas de presença daquela sessão, se entendessem dar-lhe outro encaminhamento, a Instituição agradecia a comparticipação.-----

----- De seguida, a Presidente da Direcção do Centro Social Maria Auxiliadora de Mogofores começou por agradecer a oportunidade concedida para se apresentarem à Assembleia e desejarem um Bom Natal, sendo que não havia nada melhor para manifestar esse desejo do que os pais das crianças do Centro cantarem para os Senhores Deputados. No entanto, deixou um alerta para o facto de se tratar de canções um pouco viradas para o infantil, por serem cantadas por pais de crianças, mas disse também esperar ser do agrado dos Senhores Deputados. A terminar, agradeceu toda a ajuda que pudessem dar à Instituição e desejou Um Bom Natal e um Bom Ano.-----

----- Nada mais havendo a tratar, agradeceu a presença de todos e, de imediato, deu por encerrada a sessão ordinária, quando eram dezanove horas e trinta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -